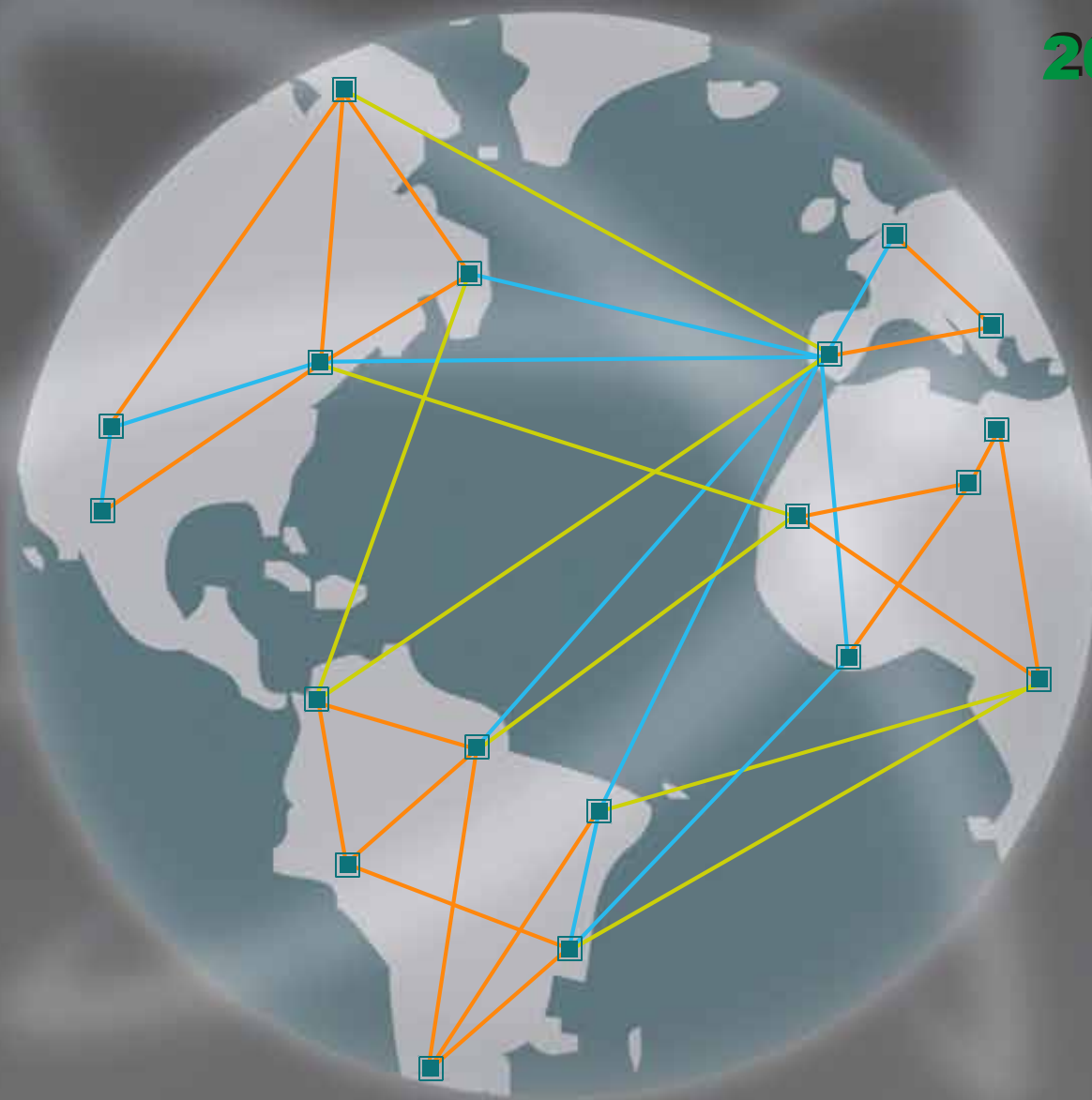


BOLETIM

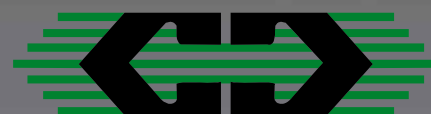
Nº6
2004



www.global-trade-alliance.com

A economia rumo à internacionalização

 **GLOBAL TRADE ALLIANCE**
WHAT YOU WANT, WHERE YOU WANT
www.global-trade-alliance.com



**CÂMARA
DOS DESPACHANTES
OFICIAIS**

www.cdo.pt

encontra neste número
temas e artigos
história e estórias
formação e informação

EDITORIAL	1
RECORDANDO	2
HOMENAGEM	3
PARA ALÉM DA PROFISSÃO	4
IV ENCONTRO DE FÁTIMA 2004	5
PARCERIA COM ICC	13
PARCERIA COM APAT	14
PARCERIA COM A CIP	15
PROJECTO DO NOVO CÓDIGO ADUANEIRO COMUNITÁRIO	16
LISTA DOS DESPACHANTES OFICIAIS	18
NOTÍCIAS NACIONAL	22
NOTÍCIAS INTERNACIONAL	26
GABINETE TÉCNICO DE APOIO	28
ACORDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
GLOSSÁRIO	
REFLECTINDO	32

FICHA TÉCNICA

Propriedade:
CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS

DIRECTOR
Dr. Fernando Carmo
CONSELHO DE REDACÇÃO
Luis Veiga Pires
Dr. Avelino da Rocha Ribeiro
Dr. Tito Osvaldo Baião

GRAFISMO
Porfírio Dias Santos
PRÉ-IMPRESSÃO
Image-in
IMPRESSÃO
ADI Gráfica
TIRAGEM
1.000 Ex.

editorial



Prezado Colega,

Todos nos lembramos do episódio, hoje virado clássico, que conta que quando Galileu Galilei se viu obrigado perante o Colégio de Sábios a desmentir a sua profunda convicção de que era a Terra que se movia à volta do Sol e não o contrário como aqueles pretendiam, em voz baixa, como falando para si e em desabafo de consciência, acrescentou: "... eppur si move...". É isto mesmo.

Depois de vários anos, sempre a tentar que fosse por todos os Colegas apreendida a necessidade de se enveredar por novos rumos, reconheço que tal sentimento foi já assimilado e interiorizado.

Começa a sentir-se o interesse da maioria, em participar nas várias iniciativas que o Conselho Directivo vem criando, sempre no sentido da formação adequada.

Reconheçamos que a adesão nem sempre é a que desejaríamos e que a participação não corresponde normalmente às inscrições iniciais.

Importante é que a inércia dá sinais de ter sido eliminada. Estamos a começar lentamente ..."eppur si move"

Com os cumprimentos e a amizade do

Fernando Carmo

recordando

Esta rubrica é normalmente dedicada, ao relato de um episódio ocorrido durante o decurso da nossa vida profissional e que de alguma forma nos traga um sorriso.

A página de hoje, um pouco diferente, pela pena inspirada do nosso Colega Manuel Simões, conta-nos o Episódio da Vida que todos sentimos no nosso dia a dia.

I-CITAÇÕES BIBLICAS

"E Deus disse:

Crescei, multiplicai-vos
e comei-vos uns aos outros.

O bicho mais forte
tem obrigação de comer o mais fraco. Esta será a Lei da Selva.

Cumpra-se a Lei." (1)

(1) -Génesis-Modificado 3.9-27



MANUEL SIMÕES

SÓCIO Nº 43

O TUBARENGO

O tubarão que está no fundo do mar
Na noite de breu ergueu-se a voar;
À roda da "mesa" voou três vezes,
Voou três vezes a uivar,
E disse: "Quem é que ousou espreitar
Nos meus reinos que não desvendo
Nas minhas caves negras da pulhice!?"
E o homem do leme disse tremendo: "Adivinho grande chatice!"

"De quem são os "carimbos" em que me roço?
De quem são as "cargas" que vejo e oiço?"
Disse o tubarão, e rodou três vezes,
Três vezes rodou grosso e imundo.
"Quem despacha o que só eu posso
Na aduana em que sou dono e mando,
Honras e glórias comprando!?"
E o homem do leme tremeu e disse:
"Vou ter uma grande chatice!"

Três vezes do leme as mãos ergueu,
Três vezes ao leme as repreendeu,
E disse no fim de tremer três vezes:
"Aqui ao leme sou uma potência
-Lutarei com honra e competência,
Com armas de honestidade e eficiência!"

Ao tubarónico sorriso de desdém,

Aos milhões caindo em catadupa,
O homem do leme sem tremer disse:
"Ter de lutar com este filho da ...
É realmente uma chatice!"

O Homem do Leme
Sexta-Feira, 13 Fev/987

Esta tem sido a Lei de Deus mais escrupulosamente cumprida pela Criação. Ao mais temível predador -O Homo Sapiens -Se ficaram devendo consideráveis avanços no que concerne a uma geral aplicação da mais popular Lei Divina.

homenagem

Por ocasião do nosso IV Encontro Nacional de Despachantes Oficiais em Fátima, no seguimento de uma política de reconhecimento àqueles que vêm dignificando a nossa profissão, exercendo-a com prestígio, esforço e competência, decidiu o Conselho Directivo homenagear dois Colegas.

Primeiro o Colega JOSÉ HENRIQUES FERNANDES LOPES, que por motivo de doença não pôde estar presente, não deixando todavia de comunicar telefonicamente com o "ENCONTRO", foi homenageado com a entrega de um emblema da CDO em diamantes.



Assim se procurou simbolizar o seu exercício profissional durante 50 anos, sempre de forma personalizada, 14 dos quais passados ao serviço da CDO, exercendo as funções de Presidente da sua Direcção Nacional, cargo que desempenhou de forma que reconhecidamente prestigiou a classe dos Despachantes Oficiais e a sua Associação representativa. Os relevantes serviços prestados à classe foram, aliás, motivo da homenagem que teve lugar no III Encontro de Despachantes Oficiais realizado em 2003.



O segundo, o Colega JAIME SIMÃO CARNEIRO, já retirado do exercício diário das suas funções, para além de sempre pautar a sua actividade por um espírito de sobriedade assinaláveis e de uma responsabilidade permanente, dedicou ainda 21 anos da sua vida ao serviço da CDO, sendo Membro Ilustre de vários cargos para que foi eleito e que desempenhou com assinalável proficiência.

Foi-lhe oferecida uma caravela em filigrana como recordação da CDO.



falecimentos

Durante o corrente ano, deixaram a nossa companhia, os Colegas que a seguir indicamos e a quem prestamos a nossa sentida homenagem

Álvaro Neto Pires
António Fernando Cruz e Ferro
Celestino de Lemos Cabral
Francisco Lomelino Teves
José Manuel de Sousa
Jorge Vitor Santos

Que descansem em Paz.

para além da profissão

O Despachante Oficial Jaime Simão Carneiro, como aliás acontece com todos os Despachantes Oficiais já referidos nesta rubrica, dispendeu muitas das suas energias e do seu tempo livre, em interessantes actividades extra profissionais que bem atestam a multiplicidade dos seus interesses culturais.

Durante largos anos foi um importante numismata tendo chegado a ser o detentor de uma notável colecção de moedas de que só muito recentemente se desfez. De tal colecção faziam parte algumas moedas de grande raridade e de elevado valor.

Também se dedicou, em tempos, à criação de canários, tendo sido objecto de muita apreciação os belos exemplares que conseguiu apurar. Neste domínio da canaricultura chegou mesmo a fazer parte dos corpos gerentes da Associação de Avicultores de Portugal.

Na área da cinelogia é também relevante a sua longa experiência no domínio da criação, desenvolvimento e apuramento sobretudo de duas raças das quais foi um dos maiores especialistas no nosso país: Boxer e



Schnauzer gigante. Teve excelentes exemplares de ambas as raças tendo mesmo alguns deles sido várias vezes premiados em exposições cinecológicas quer nacionais quer internacionais. Tentou também a introdução em Portugal de uma raça aqui não existente, a KERRY BLUE TERRIER, não tendo porém tido grande aceitação entre os canicultores, dado tratar-se de uma raça que requer muitos e especiais cuidados. Simão Carneiro mantém ainda alguns exemplares desta raça. Como reflexo desta sua actividade de canicultor importará referir que foi sócio fundador do Clube Português de Canicultura e igualmente fundador do Clube de Criadores de Boxers de Portugal.

Como se vê, e se prova uma vez mais, os Despachantes Oficiais, embora dedicados fundamentalmente à sua profissão, têm quase sempre interessantes "*hobbies*" com os quais preenchem os seus ócios: - neste caso as moedas, os canários e os cães.

Três interesses, três mundos e um homem apaixonado por tudo isto.



IV encontro nacional de D.O.

6 e 7 de Novembro 2004



Mais uma vez, como que cumprindo uma prática que começa a transformar-se em tradição, realizou-se nos dias 6 e 7 de Novembro o IV Encontro Nacional de Despachantes Oficiais em Fátima, sob o tema “Com as Alfândegas rumo à internacionalização da economia”.

Com uma significativa presença de Colegas, manifestamente interessados nos temas propostos, especialmente dedicados à transmissão electrónica, com especial incidência no nosso Portal www.global-trade-alliance.com, foi ainda abordada e analisada a Versão 3 do Projecto do Novo Código Aduaneiro Comunitário e apresentadas as linhas gerais do Projecto de alteração dos Estatutos da CDO, a elaborar para futura apresentação aos Colegas.

A Cerimónia de Abertura que decorreu com especial brilhantismo, contou com a presença de Ilustres Convidados, nomeadamente a Sr^a. Dr^a. Ana Paula Raposo, Subdirectora Geral da Direcção Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo, o Sr. Eng^o. Francisco Vanzeller, Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), do Sr. Henrique Cardoso, Presidente da Direcção da Associação dos Transitários de Portugal (APAT) e do Sr. Dr. João L. M. Almeida, Presidente da Câmara de Comércio Internacional (Delegação de Portugal), e cujas intervenções, pelo seu interesse, integralmente se reproduzem.

A Mesa da Cerimónia foi presidida pelo Presidente do Conselho Directivo da CDO, Dr. Fernando Carmo e contava ainda com a presença dos Srs. Reinaldo Lucas de Carvalho,

Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional da CDO e do Sr. José Manuel Peixoto Pais, Presidente do Conselho Deontológico e Fiscalizador Nacional da CDO.

A ocasião foi ainda aproveitada para a assinatura dos Protocolos de Parceria estabelecidos entre a CDO e aquelas Associações, cujos textos igualmente se transcrevem.

Na oportunidade, o Presidente do Conselho Directivo proferiu as seguintes palavras, abrindo oficialmente a sessão:



“Distintos convidados, caros colegas e amigos: Permitam-me que como Presidente do Conselho Directivo da nossa Câmara manifeste a minha mais profunda satisfação por dar início à Sessão de abertura deste IV Encontro Nacional de Despachantes Oficiais.

Mais que não fosse a presença de um número significativo de colegas, alguns dos Açores e da Madeira, demonstra a vitalidade desta classe e a sua permanente e total disponibilidade para enriquecer os seus conhecimentos, até porque, este é um encontro de trabalho. Acontece porém outra circunstância que tenho necessariamente de realçar: Refiro-me à presença de tão distintas personalidades, que nos deram a honra de estarem presentes nesta cerimónia, o que consideramos justificadamente um privilégio.

Em nome dos Despachantes Oficiais agradeço sinceramente a vossa presença até porque não posso deixar de reconhecer que todos abdicaram de algum modo do seu merecido tempo livre, para poderem connosco partilhar estes momentos. A todos muito obrigado.”



Palavras proferidas pelo Dr. João L.M. Almeida, Presidente do ICC-Portugal:

“Eu não sabia que tinha de falar, portanto peço imensa desculpa desta minha surpresa. Eu julgo que é muito útil a cerimónia que se irá seguir, que é a assinatura dum protocolo entre a Câmara do Comércio Internacional e a Câmara dos Despachantes Oficiais. A Câmara do Comércio Internacional está estabelecida em Portugal desde 1934 e tem como objectivo principal facilitar o Comércio Internacional e a livre iniciativa. Eu julgo que o protocolo, que é apenas uma carta de intenções (é difícil pôr num protocolo todo o conteúdo que se pretende), permitirá que quer a Câmara do Comércio Internacional, a que presido, quer a Câmara dos Despachantes Oficiais divulguem os vários documentos e os vários livros que a Câmara do Comércio Internacional tem vindo a publicar ao longo destes últimos 50 anos, quer os Incoterms, quer o Comércio Internacional, a A.G. e outros livros que existem, que têm vindo a ser o facilitador e uniformizador das regras básicas do Comércio Internacional. Por esse motivo é com grande regozijo que me encontro aqui hoje e agradeço o Vosso convite. Muito obrigado.”



Intervenção do Sr. Henrique Cardoso, Presidente da APAT:

“Sr. Presidente da Câmara dos Despachantes Oficiais, Sra. Subdirectora da Direcção Geral das Alfândegas, Sr. Presidente da CIP, Sr. Presidente da Câmara do Comércio Internacional em Portugal, Srs. Despachantes Oficiais, minhas Sras. e meus Srs.

É um enorme prazer estar aqui hoje, e penso ser a primeira vez que um transitário fala num encontro de Despachantes Oficiais. É um sinal dos tempos e é um sinal também, da vontade dos dois órgãos associativos, dos dois diferentes sectores económicos. Efectivamente o nosso passado nem sempre teve um caminho conjunto, se não o teve por vezes, no discurso e nos órgãos associativos, teve-o efectivamente na prática. Gostava de saudar também todos os Srs. Despachantes Oficiais presentes na sala que são empresários transitários e que eu tenho o prazer de representar. Efectivamente hoje teremos também o gosto de assinar um protocolo de colaboração entre os dois organismos.

O trabalho dos Transitários, dos Despachantes e também doutras actividades foi sempre um trabalho de colaboração. Nós estamos obrigados a trabalhar conjuntamente, não é uma imposição nossa, mesmo que não o queiramos, as nossas actividades complementam-se e portanto quer queiramos quer não, nós temos que trabalhar juntos. Saibamos tirar partido disso, deixemo-nos de pequenas quezílias que no passado prejudicaram ambas as actividades. Tenho muito prazer (repito) em estar aqui hoje, cumprimento todos os Despachantes Oficiais e venho aqui dizer em nome do sector Transitário Português, que os transitários reconhecem a importância da vossa actividade e reconhecem também que nem sempre os Despachantes Oficiais foram tratados com a justiça e a dignidade que mereciam por parte de diferentes Organismos, nomeadamente da tutela que tão mal agiu. Nesse sentido, a APAT que represento, vem hoje aqui dizer claramente, sem rodeios e de uma forma que não possa ser considerada equívoca que estamos preparados para caminhar conjuntamente com os Despachantes Oficiais. O nosso reconhecimento da vossa actividade, justifica-se por si só. O que os Srs. fazem todos os dias conjuntamente connosco e com outros justificam-no.

Queria desejar-lhes a todos as maiores felicidades. Queria desejar também umas boas jornadas de trabalho e queria-lhes dizer que estamos seguros que o futuro nos obriga a trabalhar conjuntamente e que isso vai ser benéfico para ambas as actividades. Muito obrigado pelo Vosso convite.”



Discurso proferido pelo Engº Francisco van Zeller, Presidente da CIP:

“Muito bom dia, minhas Senhoras e meus Senhores. Antes de mais nada queria dizer-lhes que tenho muito prazer em estarmos aqui reunidos e, aparentemente desligados da CIP, deve servir de tema para meditarmos um pouco.

Vivemos numa economia sobre a qual recebemos informação diária nos meios de comunicação. Por isso muitas vezes acabamos pensando que a economia é aquilo que nos está mais próximo: o País, a inflação, as nossas empresas, etc. Mas temos que parar para pensar, e os Srs. hoje estão aqui para isso, para parar um pouco e pensar.

A economia está a desenvolver-se muito longe daqui, por círculos concêntricos sucessivos que se vão alargando. Este desenvolvimento tem a ver com o crescimento em áreas geográficas distantes. Fala-se hoje muito do alargamento da União Europeia. Mas a verdade é que aqueles mais dez países, não são "nada"! O verdadeiro alargamento é muito maior que isso. São todos os países a leste do “Leste”, a Índia, a China etc. De facto o crescimento aí é explosivo. Cresce a uma velocidade que nós nunca vimos na Europa, e que não tem qualquer espécie de exemplo passado, mesmo aquele crescimento a que assistimos há 20 anos atrás, no Sudeste asiático, na Malásia, na Tailândia, em Taiwan etc. Todos esses países estão a ser ultrapassados pela China em velocidade, em profundidade e em competência e, portanto,

nós não temos outro remédio senão, em primeiro lugar tomarmos conhecimento do fenómeno e depois começarmos a habituarmo-nos à ideia de que temos de mudar os nossos sistemas.

O que é que está ao nosso alcance fazer? Não temos mais recursos. Só temos as Pessoas, o País, o Oceano que nos rodeia, oito séculos de história e pouco mais. E é com estes recursos que vamos ter que fazer frente a essa nova perspectiva. Não é uma ameaça, porque não podemos considerá-la como uma ameaça. Na verdade esta perspectiva é um novo sistema em que vamos ter que viver. É óbvio que a consequência imediata é um aumento gigantesco das trocas internacionais, portanto Importação e Exportação. Ora esta é precisamente a área onde os Senhores todos estão mais envolvidos. Daí que a vossa intervenção para o futuro irá ser cada vez maior, cada vez mais complexa, cada vez mais arriscada e cada vez com maior inovação.

Os métodos que nós usámos até agora provavelmente não vão ser suficientes para fazer frente a toda a invasão que vamos sofrer de novas ideias, de novos sistemas, de novas “batotas”, que vamos ter que saber combater para conseguirmos sobreviver todos.

Entre todos os meios que existem para fazermos frente a estas novas circunstâncias que nos ultrapassam, existe o associativismo, ou seja, todos nós em vez de trabalharmos sozinhos, fazê-lo em conjunto e assim conseguimos muito mais do que trabalhando isoladamente. É mais um exemplo daquilo a que hoje estamos aqui a assistir. Mas além deste associativismo, a que podemos chamar de “virado para dentro”, para os interesses próprios, que é completamente legal e até necessário, existe o outro, que também está hoje a acontecer aqui, que é o associativismo “virado para fora”, ligado a outras áreas que se complementam e que podem dar resultados muito superiores do que se trabalhassem sozinhos.

Já se assinaram hoje dois protocolos, e um terceiro será ainda assinado no sentido de se poder alargar a área de intervenção dos subscritores conseguindo-se assim resultados muito para além daquilo que conseguimos cada um por si e sobretudo podermos detectar os problemas mais cedo, mesmo que não sejam da nossa área específica, (podem vir de áreas paralelas ou complementares) e para podermos trocar informações sobre os problemas, auxiliando-nos mutuamente na resolução dos mesmos. A este propósito posso dizer-vos que a CIP está neste momento a lutar pela solução de problemas que aparentemente são apenas vossos, mas que na verdade são de todos nós, são do País, são portanto nossos também.

Não sei se eventualmente terão notado, mas parte das preocupações que os Srs. nos apresentaram já figuram no Orçamento do Estado e no Contrato Social que está a ser discutido na Concertação Social. Isto significa que já está a dar resultados esta actuação conjunta. Mas isto é apenas a pontinha daquilo que pode e deve ser feito. Nós temos que ter a noção de que a crescente complexidade dos sistemas associativos são sinais de progresso e só através da crescente complexidade das ligações e das interligações é que nós vamos conseguir criar progresso, criar um tecido suficientemente forte que nos permita progredir. Se não conseguirmos isto, o nosso progresso será sempre não sustentado.

Quando progredimos, ganhamos uma batalha mas depois, muitas vezes, regredimos novamente, porque não temos na retaguarda um tecido suficientemente forte para suportar e manter as plataformas que nós fomos atingindo nessas sucessivas vitórias. Portanto, eu insisto muito em que todos nós temos que pensar que o trabalho em grupo é necessário, que o trabalho associativo é necessário, que as forças associativas devem congrega-se para conseguirem ir mais além, para terem plataformas cada vez mais rígidas. Se eu vos pudesse fazer um apelo, seria o de que para além das leituras que já fazem, fizessem também algumas sobre o que se passa nos outros países destas áreas de que vos falei.

Deixem-me apontar-lhes dois magníficos exemplos que obviamente todos nós conhecemos: a China e o Japão. Os orientais só trabalham em grupos, grupos muito grandes, maciços, blocos em que a unidade individual quase não conta. Nós não podemos copiar esse modelo, porque não somos assim, não temos essa cultura, embora no nosso mundo ocidental existam exemplos que nunca analisamos, refiro-me, por exemplo, aos Estados Unidos da América. Os EUA não têm uma gente excepcionalmente inteligente. Não são gente assim tão brilhante, em regra, como nós encontramos na Europa. No entanto eles vivem mais de se juntarem, de se agruparem, de fazerem conferências como esta, de irem aumentando as tais plataformas, de que já vos falei e das quais nunca mais recuam. Vão subindo, subindo através do esforço colectivo que eles mesmos vão fazendo. E tudo muito à vontade. A complexidade, no seu caso, não se complica. A actuação individual significa, muitas vezes, simplificar as ligações e assim conseguem progredir.

Com isto eu não quero dizer que nós não nos baseamos na nossa inteligência. Com certeza que a temos que usar a sempre, mas é muito importante que além da inteligência, usemos o esforço colectivo do entendimento entre todos. Volto a dizer, grupos, associações, inter-associações,

confederações e depois inter-países (se possível), para conseguirmos cada vez mais criar as tais plataformas, das quais já não devemos sair. Cada vez mais alto! Isto é fundamental. Peço-vos que se interessem por isso, que se esforcem nesse sentido e irão ver que, com a ajuda da vossa Associação vão conseguir resultados muito mais profundos, do que os que têm conseguido até agora. Eu sou um exemplo disso. Estou a lutar por isso como Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa. A Indústria que, como sabem, parece que não tem grandes razões para se associar (cada um só se interessa por si), tem os seus problemas. Comprar, vender, o Marketing, o exportar, etc., acabam, no fundo, por ser grandes problemas, que teriam uma solução muito mais fácil se se juntassem mais, se tivessem mais força colectiva, se afinal criassem as tais plataformas para poderem ir mais longe.

Esta tem sido a minha luta que, provavelmente, irá ser continuada, por quem me suceder. Sabem, por exemplo, que ainda não conseguimos juntar as diversas confederações todas no mesmo grupo. Apesar de termos bons entendimentos, não conseguimos ainda meter tudo dentro da mesma sala, da mesma organização, da mesma direcção. Mas é um esforço que temos de continuar a fazer. Do vosso lado façam-no também. Não vejo que nós portugueses tenhamos muitas outras vias. Não vamos seguramente descobrir minas de ouro ou de petróleo. Só o nosso esforço colectivo vai poder fazer-nos avançar e criar um futuro melhor para os nossos filhos. Muito obrigado. “

Uma presença muito significativa de profissionais interessados.





Intervenção da Sr^a Subdirectora Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o consumo, Dr^a Ana Paula Raposo

Exm^o Senhor Presidente da Câmara dos Despachantes Oficiais, Ilustres participantes, minhas senhoras e meus senhores

É com grande prazer que a Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, DGAIEC, aceitou participar neste evento organizado pela Câmara dos Despachantes Oficiais, CDO, onde se debaterão temas tão actuais como o recurso às novas tecnologias por parte dos agentes económicos que integram esta Câmara.

De facto a DGAIEC partilha com a CDO particular interesse sobre a matéria, conhecidas que são as estreitas relações institucionais e a tradição aduaneira entre ambas, juridicamente consignadas em diversos diplomas legais, desde a velha Reforma Aduaneira de 1965, até diplomas recentes como o D.L. nº 73 / 2001, sobretudo no que se refere aos institutos de representação e de apresentação de declarações aduaneiras junto das alfândegas.

E se outras razões existirão, estas são por si suficientes para que a CDO, tal como a DGAIEC, acompanhem atentamente a evolução das regras a que estão sujeitos os fluxos de mercadorias à escala internacional no quadro da mundialização das economias.

Efectivamente a globalização implicou que os factores que condicionam o trânsito internacional de mercadorias não sejam mais encarados à escala nacional ou mesmo regional, antes sim avaliados num contexto também global. Significa isto que, quer as oportunidades, quer as ameaças sejam também perspectivadas no âmbito mundial.

No seio da Organização Mundial do Comércio (OMC), inúmeras têm sido as iniciativas para o incremento da facilitação do comércio, consubstanciadas em negociações que visam eliminar obstáculos aos fluxos de mercadorias. Neste sentido, assume particular relevo que tenha sido recentemente retomada a declaração de Doha ao enunciar um conjunto de medidas que visam facilitar o comércio, nomeadamente através da simplificação dos procedimentos aduaneiros e das regras de origem, com o consequente enfoque nas administrações aduaneiras.

No âmbito mais especializado, no que se refere às questões estritamente aduaneiras, a Organização Mundial das Alfândegas, (antigo Conselho de Cooperação Aduaneira, OMA/CCA) da qual fazem parte 165 países, designadamente os EUA, o Canadá, Moçambique, Qatar, entre outros, tem vindo a promover a facilitação do comércio, cujo expoente máximo é a denominada Convenção de Kyoto Revista, instrumento jurídico internacional que racionaliza os procedimentos aduaneiros, diminuindo a complexidade da sua aplicação.

Este organismo tem, ainda, promovido outras iniciativas, como a publicação de um guia de desalfandegamento, a defesa de um modelo de dados, e ainda em matéria de governação a disponibilização de instrumentos que recorrem à utilização das novas tecnologias.

Paralelamente às medidas de facilitação, face às ameaças da cadeia logística internacional, com maior relevo desde os acontecimentos do 11 de Setembro, a defesa da segurança implicou um acréscimo de cooperação entre todos os parceiros que actuam nesta mesma cadeia, e que no quadro da OMA se tem traduzido na implementação de medidas específicas para preservar a cadeia logística internacional.

Nestes termos, em Junho de 2002, esta organização adoptou uma Resolução relativa à segurança e facilitação da cadeia logística e criou um grupo de acção encarregue de elaborar medidas de segurança e de facilitação. Recentemente, este ano, foi também criado um Grupo de Alto Nível relativo à Segurança.

Este compromisso da comunidade aduaneira internacional extravasa o estrito domínio do termo **fronteiras para o domínio mais abrangente que implica o envolvimento do sector privado, elemento activo da cadeia logística internacional e, ainda, o envolvimento de outros organismos internacionais. Trata-se aqui de uma responsabilidade partilhada, com compromissos assumidos com os diversos parceiros representados pelas respectivas organizações e associações (designadamente a OMI Organização Marítima Internacional, a Associação Internacional de Transporte Aéreo-IATA, a Interpol, a Unesco, a Agência Internacional de Energia Atómica-AIEA).**

Para atingir tais objectivos, os países membros da OMA socorrem-se de novos instrumentos, como Grupos de trabalho, Meios informáticos próprios e comuns, uma nova Convenção de Assistência Mútua Administrativa em matéria aduaneira, Directivas para a transmissão de dados aduaneiros, Lista de dados para a identificação de mercadorias de alto risco, Procedimentos relativos à informação prévia sobre mercadorias, apenas para elencar os mais significativos e que como se constata fortemente apoiados pelo recurso às novas tecnologias.

Ainda em matéria de controlos e segurança e no quadro bilateral das relações comerciais entre países, os Estados Unidos têm fomentado (quase imposto) iniciativas como SCI (Security Container Initiative), o C-TPAT (Customs-Trade Partnership Against Terrorism), a regra das 24 horas, (envio prévio dos manifestos das mercadorias) que têm consequências na reorganização das alfândegas e dos próprios parceiros, particularmente no sector exportador mundial para os EUA.

Longa vai a descrição das iniciativas internacionais que visam equilibrar a dicotomia facilitação/controles e/ou segurança.

Porém, temos que estar cientes que no contexto actual e futuro a vertente tradicional da actuação das administrações aduaneiras de assegurar a correcta percepção das imposições aduaneiras e fiscais, é complementada pela actuação justa e equilibrada de assegurar a facilitação/controlo inerente ao fluxo de mercadorias, associada ao papel das alfândegas na protecção da sociedade, na defesa do ambiente, da saúde pública, do combate aos tráficos ilícitos, ...

Esta vertente contém um forte impacto nas regras de concorrência leal entre blocos económicos regionais e entre empresas que operam a nível mundial.

Focalizemo-nos, agora, no âmbito mais restrito da União Europeia. Também, nesta sede, diversas iniciativas têm sido desencadeadas, sem descurar a dicotomia já referida facilitação /controlo, procurando, antes, o justo equilíbrio entre ambos. Exemplo destas iniciativas são várias comunicações da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social ou ao Comité das regiões Europeu, bem como Resoluções do Conselho relativas ao papel das Alfândegas na gestão integrada das fronteiras externas, (Comunicação de Maio de 2002) e a criação de um quadro simples e sem suporte papel, (Resolução de Dezembro de 2003), em parte já concretizadas em propostas legislativas, assumindo grande relevância a Reforma do Código Aduaneiro Comunitário que se prevê venha a entrar em vigor em Janeiro de 2007.

Tais iniciativas tiveram um forte impulso político decorrente do Conselho Europeu de Lisboa, de Março de 2000, segundo o qual a União deverá tornar-se na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, e das conclusões do Conselho Europeu de Laeken, de Dezembro de 2001, em que o Conselho e a Comissão foram convidados a *definir os mecanismos de cooperação entre os serviços responsáveis pelo controlo das fronteiras externas e a estudar em que condições se poderia criar um mecanismo ou serviços comuns de controlo das fronteiras externas*.

De novo e à escala comunitária assume destaque o necessário suporte informático à consecução destes objetivos.

De facto no quadro da iniciativa *e.Europe e no que se refere às alfândegas está em análise o **Projecto de definição dos objetivos para o futuro e o plano estratégico plurianual relativo à informatização da alfândega, conhecido como plano e.Customs***.

Este plano visa implementar um ambiente electrónico europeu compatível com os projectos operacionais e legislativos e com a evolução programada ou em curso no domínio aduaneiro e da fiscalidade indirecta.

Os serviços da Comissão definiram através deste plano um conjunto de acções a implementar que devem ser aprovadas

e respeitadas por todas as partes interessadas, com a definição de um calendário, que permita mobilizar os recursos necessários, e cuja optimização seja efectuada no cômputo do Programa Alfândegas 2007.



Pretende-se que até 2008, a Comissão e os EM tornem possível:

- !A troca de dados informatizados entre alfândegas no conjunto da Comunidade, quer para fins aduaneiros ou outros;
- !Que um importador possa apresentar a sua declaração sumária ou aduaneira a partir do seu escritório, qualquer que seja o local de entrada de mercadorias na comunidade;
- !Que um exportador possa apresentar a sua declaração de exportação a partir do seu escritório, qualquer que seja o local de saída de mercadorias na comunidade;
- !A selecção das mercadorias para controlo aduaneiro quer por alfândegas situadas na fronteira externa, quer no interior dos territórios nacionais seja baseada em critérios de risco internacionais, comunitários e nacionais, sendo os critérios de risco comunitários objecto de troca electrónica entre os EM;
- !Os operadores económicos autorizados, assim como os despachantes oficiais, possam a seu pedido, exercer a sua actividade no conjunto da Comunidade ao abrigo de uma autorização única concedida face critérios definidos comunitariamente, assente na existência de uma base de dados comum consultáveis por todas as alfândegas comunitárias;
- !Os operadores tenham acesso a um portal de informação e a um ponto de acesso electrónico único (janela única) para as suas operações de importação e importação, independentemente do EM onde as operação tenham lugar;

Os actuais sistemas informatizados existentes, nomeadamente a TARIC (Pauta aduaneira integrada), e o NCTS (Novo Sistema do Trânsito Informatizado) serão abrangidos por este plano numa arquitectura integrada.

A já aqui referida Reforma do Código Aduaneiro Comunitário será o instrumento jurídico onde estes novos conceitos estarão previstos e porque se trata de um Regulamento Comunitário, é aplicável uniformemente em toda a UE.

A concretização destas acções assenta em 2 vectores:

!Acessibilidade dos operadores às alfândegas informatizadas, no horizonte temporal até 2010, com um portal de informação único e o princípio da janela única para as operações aduaneiras.

e

!Interoperabilidade entre as administrações aduaneiras dos diferentes EM, a concretizar entre 2004 e 2009. Esta funcionalidade pretende-se seja efectuada através da rede já existente CCN/CSI, estando em desenvolvimento o Sistema da Exportação informatizada, o Sistema da importação informatizada, o Sistema Comum de Gestão dos riscos e a Base de dados relativa a operadores autorizados. Ficará também abrangido o já existente Sistema do Trânsito informatizado e em funcionamento desde Julho de 2003. O sistema de informatização dos movimentos e dos controlos dos produtos sujeitos a Impostos Especiais sobre o Consumo (EMCS) será integrado neste plano global.

Face a todas estas acções em curso no plano comunitário, a Administração Aduaneira Portuguesa planeou um conjunto de projectos, alguns em fase final de concretização, que traduzem a nossa preocupação de modernização, mas sobretudo de bem servir os operadores económicos que operam no mercado em sã concorrência, não esquecendo que as alfândegas são um instrumento de política económica e comercial.

Tendo como referência o plano e.gov. nacional e plano e.customs comunitário, o plano de informatização dos procedimentos aduaneiros a nível nacional, passando-se da declaração aduaneira em formato papel para a declaração electrónica, consubstancia-se no que apelidamos de Sistema de Tratamento Automático da Declaração Aduaneira (STADA) em diversas áreas da declaração, no Sistema das declarações Sumárias (SDS) e no Sistema de Selecção automática (SSA):

!STADA- trânsito - Em que desde Julho de 2003 os operadores económicos enviam electronicamente as suas declarações de trânsito do seu escritório, recebendo o desalfandegamento também pela via electrónica. Este projecto será ainda durante o ano de 2005 objecto de reformulação nacional.

!STADA Exportação Em fase final, prevendo-se a sua entrada efectiva em produção a partir de Março de 2005, passando as mercadorias a exportar a serem objecto de declarações electrónicas de exportação e desalfandegadas também através de uma mera mensagem electrónica;

!STADA Importação Em funcionamento desde 1989, embora não permita o envio electrónico da declaração, permite o envio via EDI e o tratamento automático da declaração aduaneira. Actualmente ultrapassado mas pioneiro na sua época, tem constituído um importante instrumento quer para os operadores económicos mas também na organização interna das alfândegas portuguesas.

!STADA Importação (Reformulado) Estão em fase inicial os trabalhos de reformulação do sistema anteriormente referido para que permita o recurso à declaração electrónica de importação, sem papel, com desalfandegamento electrónico, (2007);

!SDS Sistema das declarações sumárias - Permitirá a apresentação electrónica dos meios de transporte e das mercadorias que entram e saem do território aduaneiro nacional. Extensível a todas as vias, marítima, aérea, férrea, e rodoviária, tendo-se optado prioritariamente pela sua implementação na via marítima (que movimenta 99% das mercadorias de países terceiros que entram e saem do país) prevê-se que em 2005 seja implementado nos portos de Sines, Lisboa, Douro e Leixões.

!SSA-Sistema de Selecção automática Suporte da gestão de riscos, permitirá seleccionar automaticamente as declarações aduaneiras para controlo ou ausência de controlo.

!Pauta Internet Permite desde 2002 a consulta da nomenclatura combinada aplicável às mercadorias, para a adequada classificação pautal, e os condicionalismos da sua importação.

A Direcção Geral das Alfândegas dispõe ainda de outros importantes sistemas declarativos, via electrónica, sem papel, como o SIC e SFA, de suporte à declaração de introdução no consumo (DIC) dos produtos sujeitos a Impostos Especiais de Consumo, IEC's, da declaração aduaneira de veículos automóveis (DAV), bem como a recente entrada em produção, em 1 de Outubro do corrente ano (prazo excepcionalmente prorrogado para 1 de Dezembro para o sector vitivinícola, com vista a acautelar, além da componente fiscal, simultaneamente a segurança na certificação electrónica destes produtos pelas respectivas autoridades) do envio electrónico dos documentos administrativos de acompanhamento, DAA, dos referidos produtos sujeitos a IEC's.

Face a tudo o que fica exposto é inquestionável o claro rumo seguido pelas alfândegas portuguesas em sede da contínua modernização e informatização, racionalizando procedimentos, para a gestão eficaz da fronteira externa, para a gestão dos impostos especiais de consumo. A disponibilização de informação estruturada permitirá, ainda conferir maior eficácia e eficiência na prevenção e no combate à fraude aduaneira e fiscal.

Contudo, o recurso às novas tecnologias apenas permitirá os resultados esperados com o envolvimento de todos os parceiros em estratégias semelhantes.

De facto e dado o tema deste evento, parece-nos ser também esta a análise da CDO, parceiro institucional da DGAIEC.

Finalmente quero agradecer a oportunidade de divulgação de todas as iniciativas em curso em matéria aduaneira, e deixar a mensagem que as alfândegas portuguesas tudo farão dentro das suas competências, defendendo as práticas de sã concorrência, para o desenvolvimento sustentado da economia portuguesa e comunitária.

Muito obrigado.

Os Bancos são todos iguais. Até que surge um diferente.

Para descobrir as diferenças basta visitar-nos. Não encontrará noutro banco tanta dedicação.

A si, ao seu património e às suas questões. Com um atendimento diferenciado e uma vasta experiência, o BIC disponibiliza-lhe todas as soluções financeiras para que o seu património cresça em segurança.



PROTOCOLO DE PARCERIA

A **CÂMARA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL Delegação Nacional Portuguesa (ICC-Portugal)**, tem essencialmente como objectivos, representar todos os ramos da actividade económica, exercer uma acção contínua com vista a melhorar as condições de comércio entre os diversos países e contribuir para a solução dos problemas económicos internacionais, promovendo além do mais, o estudo dos assuntos que devem ser submetidos à Câmara do Comércio Internacional.

A **CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS (CDO)** é uma associação pública a quem compete a representação exclusiva em Portugal dos seus associados os Despachantes Oficiais, defendendo os seus interesses e procurando assegurar-lhe os meios adequados ao seu correcto desempenho profissional.

Os Despachantes Oficiais, por sua vez, como representantes preferenciais dos operadores económicos, muito mais que com eles colaborar na realização das operações aduaneiras, estão fortemente apostados na expansão destes a nível do comércio global, contribuindo para o actual desígnio nacional que é o da internacionalização da nossa economia.

Neste quadro, consideram a ICC-Portugal e a CDO, ser do maior interesse o estabelecimento mútuo de formas de colaboração que, equacionando as grandes questões do comércio internacional, ponderem e proponham as soluções e enfatizem os princípios que lhes devem ser aplicados.

Assim, acordam o ICC-Portugal e a CDO em formalizar o presente Protocolo de Parceria, através do qual e com absoluto respeito pela autonomia de ambas as Instituições, procurarão, através da troca de informações e consultas e da realização de acções comuns, atingir os objectivos prosseguidos pelo Comércio Internacional, dentro do âmbito da actividade dos seus respectivos associados.

Lisboa, 6 de Novembro de 2004

O Presidente do ICC-Portugal

Dr. João L.M. Almeida

O Presidente da CDO

Dr. Fernando Carmo





PROTOCOLO DE PARCERIA

Aos vinte dias do mês de Abril do ano de dois mil e quatro, reuniram-se os Representantes da Direcção da **APAT (Associação dos Transitários de Portugal)** e do Conselho Directivo da **CDO (Câmara dos Despachantes Oficiais)**.

Foram sucessivamente analisadas as várias questões respeitantes aos respectivos sectores de actividade e designadamente, as novas regras que decorrerão da implementação das Alfândegas Electrónicas (Customs 2007) e os seus reflexos no exercício de ambas as profissões.

Reconheceu-se que os “Novos Tempos” exigem novas soluções e que é desejável que o Sector Aduaneiro se una em torno dos interesses que lhe são comuns e que, em consequência, encontre formas de representatividade correspondentes à sua importância e aos valores que defende.

Considerou-se desejável que os Associados de ambas as Instituições, sejam aconselhados e apoiados na procura e promoção de formas de colaboração e associação recíprocas, capazes de constituírem unidades de prestação de serviços com a dimensão adequada, considerados os interesses e as necessidades dos operadores económicos seus Clientes, cada vez mais integrados no âmbito de economia global.

Foi tida como essencial, a procura de soluções que eliminem ou pelo menos reduzam substancialmente, o exercício ilícito das respectivas actividades, assim se contribuindo para a erradicação da concorrência desleal, da fraude e da evasão fiscais.

Face ao exposto, acordam a APAT e a CDO em formalizar o presente Protocolo de Parceria que se consubstanciará, sem prejuízo da plena independência, de cada uma das Associações, na troca recíproca de informações e consultas, na realização de acções comuns e na promoção das diligências entendidas por convenientes, para encontrar a forma mais adequada de representação do sector aduaneiro e do comércio internacional em que ambas se inserem.

Lisboa, 20 de Abril de 2004

O Presidente da APAT
Henrique Cardoso

O Presidente da CDO
Dr. Fernando Carmo





PROTOCOLO DE PARCERIA

Considerando que:

1. A **CONFEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA PORTUGUESA (CIP)**, tem como objectivo estatutário, representar as actividades nacionais de produção, distribuição ou venda de produtos ou serviços, na globalidade dos seus aspectos sócio económicos.

2. A CIP defende um modelo de desenvolvimento assente na economia de mercado e na livre iniciativa, procurando contribuir para a competitividade das empresas, nomeadamente através da inovação, a melhoria da produtividade, da eficiência do sistema fiscal, da qualificação dos recursos humanos e empreendedorismo.

Por sua vez,

3. A **CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS (CDO)** é a associação pública a quem compete a representação, defesa e promoção da actividade dos Despachantes Oficiais.

4. De acordo com o seu Estatuto, cabe aos Despachantes Oficiais a representação dos operadores económicos perante as Alfândegas, cabendo-lhe, nesse âmbito a realização dos actos e formalidades previstas na legislação aduaneira, quer para a introdução ou exportação das mercadorias para ou do território comunitário, quer ainda actuando na área dos impostos especiais sobre o consumo e outros impostos indirectos, desenvolvendo ainda uma relevante actividade de aconselhamento e informação, no âmbito do comércio internacional.

CIP e CDO relevam, com especial interesse, as vantagens emergentes de formas de colaboração recíprocas, das quais possam resultar mais valias para a actividade dos seus associados, designadamente os operadores económicos, que se vêm constituindo, de modo cada vez mais acentuado, como elos da cadeia do comércio global.

Neste quadro, acordam a CIP e a CDO em formalizar o presente Protocolo de Parceria, através do qual, sempre com plena independência de ambas as Instituições, se promoverá a troca de informação e consultas, a realização de acções e promoção de diligências conjuntas e o apoio às iniciativas de cada uma, sempre no interesse dos seus Associados e da economia nacional e comunitária.

Lisboa, 6 de Novembro de 2004

O Presidente da CIP

Engº Francisco Vanzeller

O Presidente da CDO

Dr. Fernando Carmo



Intervenção do Dr. Avelino Ribeiro sobre o "Projecto do Novo Código Aduaneiro Comunitário"



Senhor Presidente do Conselho Directivo, Ilustres Membros da Mesa, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O tema que me foi proposto apresentar é o "Projecto do Novo Código Aduaneiro Comunitário".

Em circunstâncias semelhantes, a primeira grande questão que se coloca, é a forma como deve um tema ser abordado.

No caso parecia evidente que estando em causa um Projecto, deveriam ser apresentadas a V. Ex^a todas as alterações propostas, eventualmente acompanhadas pelos comentários tidos como adequados. Todavia,

Considerando a situação política actual da Comunidade e os reflexos que dela não deixarão de decorrer, inclusive através do Novo Código Aduaneiro Comunitário, entendi que tal abordagem seria por demais redutora.

É a meu ver necessário, analisarmos ponderada e reflexamente o contexto actual da nossa vida colectiva, designadamente comunitária e assim podermos perceber melhor o porquê das soluções propostas.

Antes de mais permitam-me um parêntesis para tentar caracterizar o direito a que nos estamos a referir o aduaneiro.

A este propósito os vários autores não estão de acordo. Enquanto uns defendem a sua total independência do Direito Fiscal, entendem outros, designadamente por motivo da existência do CAC, que o direito aduaneiro não é senão um ramo do Direito Fiscal.

Parece ser esta a melhor interpretação, considerando até o modo como tal direito é inserido nos textos legais nacionais.

Vejamos o caso das Infracções Tributárias que, incluindo as Infracções Aduaneiras, não deixam de as diferenciar em epígrafe própria.

Importará referir aqui que esta problemática não é de mera retórica, uma vez que, considerado o direito aduaneiro como diferente do fiscal, é em relação a este um direito especial.

Ora de acordo com o velho ditado latino, *lex specialis generalis revogat*, o que quer dizer que a lei especial, neste caso o direito aduaneiro, terá prevalência sobre o direito fiscal e isto, independentemente da hierarquia das leis e designadamente a que foi estabelecida após a nossa adesão à Comunidade.

Isto posto, voltemos ao CAC e às tais condições que referi existirem hoje e que ajudam a compreender o conteúdo do Projecto.

Sabemos já que o Código Aduaneiro é uma compilação de regras de direito o direito aduaneiro. É assim um documento ou instrumento jurídico. Mas será também um instrumento político?

Convido agora todas V. Ex^{as} a acompanharem-me numa pequena viagem em que revistaremos a nossa recente história colectiva, da qual muitos de nós somos testemunhas vivas.

Quando pouco após a 2ª Guerra Mundial, o Sr. Schuman num célebre discurso, propôs a criação da Comunidade Europeia do

Carvão e do Aço, estava logicamente a partir do pressuposto que, se se juntassem numa comunidade, era admissível que a França e a Alemanha deixassem de se guerrear, como vinham fazendo, sempre com o propósito claro ou disfarçado, da posse das minas de carvão e de ferro.

Travado inicialmente pela França, que pretendia simultaneamente uma Comunidade Política e de Defesa, a Comunidade Económica do Carvão e do Aço acaba por ser constituída em Abril de 1951 (Tratado de Paris).

O Sr. Jean Monet teve a percepção que a Comunidade do Carvão e do Aço era demasiado frágil para os fins em vista e lançou as bases da Comunidade Económica Europeia, cujo Tratado de instituição veio a ser assinado em Roma em 1957, assim como o que instituiu a Comunidade Europeia da Energia Atómica.

E agora de novo uma pergunta, estes Tratados foram políticos ou económicos?

Entretanto as três Comunidades são posteriormente fundidas numa só.

A Comunidade Económica Europeia vai aperfeiçoando os seus mecanismos, digamos que fundamentalmente na área económica, até que em 1987, assume definitivamente uma vertente política com o tristemente célebre Acto Único Europeu.

Aqui, com o desmantelamento das barreiras físicas e fiscais em 1993, a Comunidade assume-se como pretendendo um verdadeiro Mercado Único e uma aproximação real e física entre os Estados.

Desse desmantelamento, precipitadamente posto em prática, não podia deixar de resultar, como se verificou um inqualificável aumento da fraude.

Todos se lembrarão da fraude do trânsito comunitário que justificou mesmo um inquérito do Parlamento Europeu, com o qual a CDO curiosamente colaborou, e onde se concluiu pela existência da fraude e da sua dimensão não quantificável. De resto, ninguém foi responsabilizado ou pagou a dívida.

Entretanto e noutras áreas, por força do dito desmantelamento e da forma como foi feito, passámos a comer carne de vacas loucas, de frango doente, de porco sem condições sanitárias e peixe com alarmantes índices de mercúrio.

Adroga passeia-se pela Europa, o contrabando é incontrolável e a fraude a nível do IVA, é reconhecida pela Comissão Europeia, como sendo um cancro sem cura.

Curiosamente ou não, é nos Países onde existe menos regulamentação, que é maior o nível da fraude.

Transformada em União Europeia pelo Tratado de Nice, a Comunidade assiste impávida e serena a toda esta situação, até que decide reformular de novo o Tratado e surge a actualmente em fase de aprovação, Convenção Europeia, feita por um francês (et pour cause...).

E voltemos agora um pouco atrás. Por força do Acto Único Europeu, que pretendia o efectivo estabelecimento de um Mercado Único, justificava-se que fossem reunidas num só documento, as regras principais relativas à circulação das mercadorias que passavam a circular livremente entre os Estados Membros.

E por isso surge o Código Aduaneiro Comunitário que hoje conhecemos, ainda que com várias alterações, aprovado em Outubro de 1992, precisamente destinado a ser utilizado a partir de 1 de Janeiro de 1993.

Sendo o Acto Único Europeu um acto manifestamente político, podemos dizer o mesmo do Código que o põe em prática? Não parece.

E eis-nos chegados ao Projecto do CAC que aqui será analisado na sua 3ª versão, a última. Ainda que tudo leva a crer que outras se seguirão. Pelo menos a 4ª versão já foi anunciada.

Repare-se porém na coincidência.

Ao Acto Único correspondeu o Código Aduaneiro Comunitário. Ao novo Tratado há dias assinado, vai corresponder um novo CAC ainda que, para já em projecto. Nesta fase, poderemos dizer que, pelo menos pelo Projecto, o novo CAC, virá na linha do novo Tratado e irá constituir uma verdadeira revolução a nível comunitário. De um ou doutro, pode com alguma segurança, inferir-se que se pretende um cada vez maior federalismo entre os Estados Membros e, reduzindo-se drasticamente os poderes de cada um, eliminando-se a possibilidade que estes têm de legislar em vários domínios, o que é conhecido pelo princípio da subsidiariedade.

Mais se pretende, de forma umas vezes expressa outras implícita, a consagração, de um neoliberalismo selvagem, a favor das grandes multinacionais, e em prejuízo das pequenas e médias empresas, ignorando-se que estas constituem cerca de 60/70% do tecido empresarial comunitário.

Encurtando razões, é por demais evidente que o *Modernized Customs Code* (o Projecto do novo CAC), tem como alvo fundamental, senão acabar, pelo menos reduzir o papel das Alfândegas à sua expressão mais simples.

Sendo que estas são o elemento porventura mais relevante da soberania dos Estados Membros, importa eliminá-las, reduzindo-as a meros postos de controlo dos produtos agrícolas, das verificações fitosanitárias e à luta contra o contrabando.

Os Despachantes Oficiais são aqui meros peões neste jogo de xadrez.

Vejamos como.

Enquanto na 1ª versão, o Projecto pressupunha o diálogo com os operadores e as autoridades envolvidas no comércio internacional (art. 5), na 3ª versão tal possibilidade de diálogo é pura e simplesmente eliminada.

É consagrado no Projecto o estabelecimento do chamado "One stop shop" ou "single window" (art. 2).

Por one stop shop, entende-se como um único local onde se cumprirão todas as formalidades relativas à importação, exportação, trânsito, etc, por via electrónica.

Está para saber-se se tal local existirá, um por cada Estado Membro ou um para toda a Comunidade.

Não custa entender que ao conceito de one stop shop está intimamente ligado como seu complemento, a chamada single european authorisation. Traduzindo: apresentada a declaração num só local (one stop shop), por via electrónica, este local contactará outro que lhe dará a autorização para introdução no regime aduaneiro pretendido. Esta autorização será válida para todo e qualquer local onde se encontre a mercadoria.

Começamos a ter a ideia da filosofia do Projecto...

Noutro âmbito, após inicialmente ter defendido a eliminação pura e simples dos dois tipos de representação, consagrados em todos os Códigos Cíveis de todos os Estados Membros, a directa e a indirecta, o Projecto fez "marcha atrás", mantém tais formas de representação, mas elimina a possibilidade dos EM reservarem uma dessas formas aos profissionais aduaneiros classificados, no nosso caso os despachantes Oficiais.

Mais e em complemento, o Projecto cria a figura do "operador económico autorizado" que como recordarão, surgiu inicialmente por questões de segurança, para dar resposta à iniciativa dos EUA (CSI- Container Security Initiative). Pretendia-se alguém que cumprisse as medidas de segurança impostas por aquela iniciativa, o que até se compreende. Só que o Projecto, não só concede tal estatuto a qualquer operador económico estabelecido na Comunidade, como lhe concede regimes de simplificação previstos na regulamentação aduaneira.

Vejam o contra-senso.

Numa altura em que a própria Comissão pensa, já o escreveu,

em lançar novos impostos sobre os cidadãos comunitários, ou sobre os combustíveis rodoviários e de aviação, ou sobre os lucros das empresas ou recebendo 1% do IVA cobrado pelos Estados, uma vez que, como afirma, a fraude atinge níveis indetermináveis, e como já referi, tal fraude é maior nos EM com menos regulamentação, o Projecto propõe-se aumentar a desregulamentação, permitir que qualquer um, saiba ou não o que faz, proceda a operações aduaneiras e beneficie de regimes simplificados e elimina a possibilidade dos EM escolherem aqueles profissionais em que confia pela sua competência técnica e os destinem à realização das operações fiscalmente mais sensíveis.

Por último, e apenas referindo aspectos essenciais porque alguns outros poderiam ser evidenciados, o Projecto defende que, em caso de declaração incorrecta, os representantes directos, serão igualmente considerados devedores (art. 46.4).

Trata-se de uma aberração jurídica, contrariada pela lei civil e ainda pelos "Principles of European Contract Law", documento elaborado a pedido da Comissão, por eminentes juristas internacionais.

Nesta altura poderão V. Ex^{as} formular intimamente uma pergunta. Será que o Projecto não terá virtudes?

E não será a visão que apresento demasiado pessimista?

Vou responder.

À primeira pergunta diria que é meritória a intenção do projecto em favorecer os procedimentos em favor dos regimes, simplificados e agrupando estes.

À segunda responderei com um dado objectivo incontornável. Todas as Administrações Aduaneiras dos EM, reunidas em Comité com a Taxud, Direcção dos Impostos Indirectos e autora do Projecto, todas, manifestaram a sua discordância com a sua filosofia e os seus termos, convidando a Taxud a proceder à sua reformulação.

Mais que isso, deixaram claro que não se encontravam disponíveis para discutir o texto do CAC, enquanto desacompanhado das respectivas Disposições de Aplicação que, como é sabido, não poucas vezes distorce completamente o sentido do Código e que curiosamente, até à data nunca foram apresentadas.

Aproveitando para dizer que a Administração Aduaneira Portuguesa, comunga das preocupações e da crítica que a CDO faz ao Projecto, também não posso deixar de referir que não acredito no mérito de qualquer reformulação, ainda que, num ou noutro ponto, de acordo com as nossas movimentações que, como calculam, não deixámos de efectuar a todos os níveis, o texto irá ser modificado.

Temos presente que não estamos a lidar com personalidades em que a clareza, frontalidade e lealdade façam parte da sua forma de actuar.

Lembramos que, aquando da anterior revisão do CAC, a Taxud entregou o texto aos restantes Comissários, durante as férias da Páscoa e só a atenção do Gabinete do nosso Comissário de então, Dr. João de Deus Pinheiro, porque previamente alertado pela CDO, evitou o sim tácito dos Comissários. Agora, com a mesma estratégia, a Taxud pôs à discussão pública, o Projecto de que temos falado, durante o mês de Agosto, o mês de férias.

Tudo muito claro, ou melhor muito escuro.

Acrescento no entanto, que apesar das férias a CDO não deixou de comunicar a sua posição sobre o Projecto.

E por aqui me fico minhas Senhoras e meus Senhores.

E fico com uma pergunta que me tem acompanhado.

O Projecto do Código Aduaneiro Comunitário é jurídico ou político?

Acredito que já poderão responder.

Muito obrigado.

despachantes oficiais

ABÍLIO PEREIRA FERREIRA
 ACÁCIO AUGUSTO DOS SANTOS E SOUSA
 ACÁCIO FRANCISCO JOSÉ PINTO BASTOS REBELO
 ADELINO FERNANDO MARQUES PEREIRA
 ADELINO INFANTE GOUVEIA
 ADÉRITO NUNES MONTEIRO
 ADRIANO DE ALMEIDA VALENTE
 ADRIANO GOMES PINHAL
 AFONSO PINTO DE OLIVEIRA
 AGOSTINHO FRANCISCO DUARTE DE BRITO
 AIRES PEREIRA DA SILVA LAVOS
 ALBANO DE MAGALHÃES DA CUNHA GIL
 ALBERTINO FERREIRA DA SILVA
 ALBERTO ALEXANDRE PAIS PIRES
 ALBERTO AUGUSTO DA COSTA
 ALBERTO CARLOS MARGALHO COUTINHO
 ALBERTO FARINHA RODRIGUES
 ALBERTO JOSÉ DE SERPA TELLO DE CASTRO
 ALBERTO JOSÉ VIEIRA
 ALBERTO PINTO DE CARVALHO
 ALBERTO PIRES BAPTISTA
 ALBINO FERREIRA DE QUEIRÓS
 ALBINO MARTINS DOS REIS PRATA
 ALEXANDRE ARTUR OERTEL VIEIRA LOBO
 ALFREDO BARBOSA DA FONSECA
 ALFREDO DA CONCEIÇÃO GARRIDO
 ALFREDO MARTINS GONÇALVES DE AZEVEDO
 ALFREDO DOS SANTOS MELLA
 ALFREDO SOARES FERREIRA
 ÁLVARO ADELINO GOMES DE ANDRADE
 ÁLVARO FERNANDES CASTELA
 ÁLVARO JOAQUIM DOS SANTOS PAULA DOS REIS
 ÁLVARO TEVES FRANCO DE LEMOS
 AMÂNDIO JOAQUIM DA SILVA PEIXOTO
 AMÉRICO CARRETERO GOMES DE AGUIAR
 ANDRÉ FILIPE PRATA DE LIMA DE SOUSA PINTO
 ANGELO ROSA PIRES
 ANÍBAL JOSÉ ANDRADE FERNANDES DA SILVA
 ANSELMO HENRIQUE DUARTE COUTO
 ANTÓNIO ABEL CORUJEIRA
 ANTÓNIO ADELINO TEIXEIRA MOREIRA
 ANTÓNIO BARBEDO VIEIRA TINOCO
 ANTÓNIO BRAGA BARROS
 ANTÓNIO CARLOS COSTA LEAL
 ANTÓNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL
 ANTÓNIO CÉSAR ALVES MORAIS PEREIRA
 ANTÓNIO COELHO BARBOSA ANTÓNIO DIOGO CAVACO
 ANTÓNIO DULCÍDIO DA COSTA ALMEIDA
 ANTÓNIO FELICIANO MEDEIROS CALDEIRA
 ANTÓNIO FERNANDES
 ANTÓNIO FERNANDES DE ABREU
 ANTÓNIO FERNANDO CRISTINA CRUZ E FERRO
 ANTÓNIO FERNANDO DE FREITAS E SILVA PINTO
 ANTÓNIO FERNANDO PINTO DE ANDRADE
 ANTÓNIO GIL TADEU
 ANTÓNIO JOAO FLORINDO CADETE
 ANTÓNIO JOAQUIM DE CAMPOS CARVALHO
 ANTÓNIO JOAQUIM DA CUNHA LOPES
 ANTÓNIO JOAQUIM MENDONÇA FERREIRA
 ANTÓNIO JOAQUIM NEVES MATIAS
 ANTÓNIO JOAQUIM SOARES FERREIRA
 ANTÓNIO JORGE MONTEIRO MARTINS ALVES
 ANTÓNIO JOSÉ CAMPOS CORUJEIRA
 ANTÓNIO JOSÉ DELGADO CHAVEIRO
 ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA SEMEANO
 ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS PATRÍCIO

ANTÓNIO JOSE SIMOES DE ALMEIDA
 ANTÓNIO LUÍS MOREIRA DIAS
 ANTÓNIO LUÍS SANCHES LUÍS
 ANTÓNIO MADEIRA CASTELO BRANCO
 ANTÓNIO MANUEL DE BARROS RODRIGUES
 ANTÓNIO MANUEL BRAGANÇA RIJO
 ANTONIO MANUEL RODRIGUES FERNANDES
 ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS LADEIRAS
 ANTÓNIO MARIA MAGRO ROSA
 ANTÓNIO MENDES DUARTE
 ANTÓNIO MIGUEL CONDEÇA BAIÃO
 ANTÓNIO MIGUEL NOGUEIRA CARDOSO
 ANTÓNIO MOREIRA DA COSTA RAMOS
 ANTÓNIO MORGADO MACEDO
 ANTÓNIO NEVES PINTO
 ANTÓNIO OLIVEIRA RIBEIRO
 ANTÓNIO DE OLIVEIRA RODRIGUES CIRNE
 ANTÓNIO PEREIRA DA CUNHA
 ANTÓNIO PEREIRA LOPES
 ANTÓNIO DA ROCHA TEIXEIRA
 ANTÓNIO RODRIGUES MARQUES
 ANTÓNIO ROSA NUNES
 ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS
 ANTÓNIO SARAIVA VILAÇA
 ANTÓNIO DA SILVA MARTINS CARNEIRO
 ANTÓNIO DA SILVA PRATES
 ANTÓNIO SIMÕES GODINHO
 ANTÓNIO SIMOES DA SILVEIRA
 ANTÓNIO DA VEIGA FREIRE
 ANTÓNIO VITAL D'ALMEIDA ROSADO
 ANTÓNIO VITOR DE MESQUITA FERREIRA
 ARLINDO ANTONIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA
 ARLINDO NUNES CASTELÃO
 ARMANDO ALBERTO SIMOES PEREIRA
 ARMANDO AUGUSTO TROVISCO AIRES
 ARMANDO LUÍS BORGES MESQUITA
 ARMANDO RIBEIRO DE ANDRADE
 ARMANDO DA SILVA AMARAL
 ARMÉNIO SIMOES DA SILVEIRA
 ARMINDO DA CONCEIÇÃO ESPERANÇA
 ARMINDO CORREIA LEITE
 ARTUR JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA DA VINHA
 ARTUR MARQUES RODRIGUES
 ATÍLIO LOURENÇO MESQUITA GUERRA
 AUGUSTO ISMAEL BEIRÃO VIEIRA
 AUGUSTO MARTINS VIEGAS
 AUGUSTO DA SILVA QUINTAS
 AVELINO PEIXOTO FEIO DE AZEVEDO
 AVELINO RIBEIRO DOS SANTOS VEIGA
 BALTAZAR RODRIGUES PEDROSA E CASTRO
 BASÍLIO ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA
 BELARMINO FERNANDES JOAQUIM
 BENJAMIM VALENTE
 BERNARDINO GERALDES DOS SANTOS
 BERNARDO MARIA DE SOTTOMAYOR NEUPARTH
 CAMILO ARMANDO DE SOUSA OLIVEIRA
 CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA
 CÂNDIDO JOSE MENDES MAURICIO
 CARLOS ACIAIOLI DE SÁ DÓRIA NÓBREGA
 CARLOS ALBERTO BALEIA MATIAS
 CARLOS ALBERTO BAPTISTA MARTINHO
 CARLOS ALBERTO CONSTANTE DOMINGUES
 CARLOS ALBERTO COSTA RIBEIRO COUTO
 CARLOS ALBERTO DIAS AMADO
 CARLOS ALBERTO DIAS VAZ DE MEDEIROS
 CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES
 CARLOS ALBERTO LOPES CORREIA

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA DUQUE
 CARLOS ALBERTO PEREIRA FERNANDES
 CARLOS ALBERTO PIRES LEMOS
 CARLOS ALBERTO ROCHA ALVES
 CARLOS ALBERTO ROSA DOS SANTOS
 CARLOS ALVES COELHO FARIA
 CARLOS ANTÓNIO CHAMBERS DE SOUSA PINTO
 CARLOS CIPRIANO DA COSTA
 CARLOS JORGE ILHA GUEDES DA SILVA
 CARLOS JORGE DOS SANTOS RODRIGUES
 CARLOS JOSÉ DA SILVA E SOUSA
 CARLOS LUIS PEREIRA
 CARLOS MANUEL DO AMARAL VIDEIRA
 CARLOS MANUEL CORREIA MARQUES
 CARLOS MANUEL DAMAS PELADO
 CARLOS MANUEL GÓIS DOS SANTOS
 CARLOS MANUEL DE JESUS FERNANDES
 CARLOS MANUEL PEREIRA DOS REIS
 CARLOS MANUEL PONTE JÚLIO
 CARLOS MANUEL ROLO BEATO
 CARLOS PEREIRA DA SILVA
 CARLOS ROBERTO DE VILHENA DE OLIVEIRA DE ANDRADE
 BOTELHO
 CASTOR JOAQUIM CALDEIRA SANTANA
 CELESTINO PEDRO RAMOS
 CESÁRIO GUILHERME FERREIRA
 CLAUDEMIRO DE MAGALHÃES GUEDES DA SILVA
 CUSTÓDIO PEREIRA FERREIRA
 DANIEL DA COSTA RODRIGUES
 DANIEL DOS SANTOS BRANCO VASCO
 DANIEL DA SILVA BASTOS
 DAVID MANUEL DE ABREU
 DAVID MANUEL BASÍLIO DE PINHO
 DELFIM MANUEL DA COSTA OLIVEIRA
 DIOGO ALBERTO CASAIS FERNANDES MAGALHÃES
 DOMINGOS ANTÓNIO NEVES PINTO
 DOMINGOS CAETANO RAMOS PEREIRA
 DOMINGOS JOSÉ DE SOUSA VALENTE
 DOMINGOS MONTEIRO XAVIER
 DUARTE VELADA ROSADO
 EDMUNDO JOSÉ DIAS DOS SANTOS
 EDUARDO FILIPE DE ANDRADE CONRADO
 EDUARDO JOSÉ DE SOUSA
 EDUARDO MANUEL CHAMINÉ POÇAS FERREIRA
 EDUARDO MARTINHO CONCEIÇÃO
 EDUARDO DA SILVA RANGEL
 ELEUTÉRIO DA CRUZ SERRANO
 ELÍSIO NOGUEIRA CARDOSO
 EMÍLIO LUÍS CARVALHO DE ALMEIDA
 EMILIO MANUEL DA SILVA CORRÊA
 ERNESTO FERNANDO RODRIGUES GONÇALVES
 ERNESTO MANUEL OLIVEIRA DA SILVA RÉLVAS
 EUGÉNIO MORGADO BARRÃO DA SILVA
 EURICO ARNALDO DE SOUSA E MENEZES
 FERNANDA MARIA RIBEIRO CASTANHEIRA MENDES
 FERNANDO ALBERTO DOS SANTOS LOYO
 FERNANDO ALFREDO DOS SANTOS GONÇALVES
 FERNANDO DE ALMEIDA MOUTA
 FERNANDO DE ALMEIDA NOGUEIRA
 FERNANDO ANTÓNIO AMARO DOS SANTOS
 FERNANDO AUGUSTO CARDOSO MOREIRA
 FERNANDO BENTO DOS SANTOS MARQUES
 FERNANDO CARLOS DE ALMEIDA PINHEIRO
 FERNANDO CARLOS DOMINGUES DA CERVEIRA PINTO
 FERNANDO CARVALHO PEIXOTO
 FERNANDO CÉSAR BATALHA LOPES PEDROSA
 FERNANDO DIAS MOREIRA

FERNANDO DIAS DOS SANTOS
 FERNANDO DUARTE FERREIRA BARATA
 FERNANDO DA ENCARNÇÃO CARRILHO
 FERNANDO EUGENIO DE ABREU
 FERNANDO GONÇALVES DIAS
 FERNANDO JORGE FERNANDES DA CERVEIRA PINTO
 FERNANDO JORGE MARTINS FERREIRA DE BRITO
 FERNANDO JOSÉ PINTO COELHO
 FERNANDO JOSÉ DA SILVA PINTO COELHO
 FERNANDO LOPES ROSA
 FERNANDO LUÍS SILVA TAVARES
 FERNANDO MANUEL DO CARMO
 FERNANDO MANUEL CARVALHO ALMEIDA
 FERNANDO MANUEL FERREIRA CARDOSO
 FERNANDO MANUEL PEREIRA TAVARES
 FERNANDO MANUEL RIBEIRO DE CASTRO
 FERNANDO MANUEL RIBEIRO DA COSTA
 FERNANDO MANUEL DA SILVA PEREIRA CANASTRO
 FERNANDO MANUEL DE SOUSA DOS SANTOS CLAUDINO
 FERNANDO MARIO FERREIRA BICHO
 FERNANDO MORAIS DE ALMEIDA AGUIAR
 FERNANDO DE OLIVEIRA DOMINGUES
 FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
 FERNANDO DO REGO DE AMORIM
 FERNANDO REIS DINIZ
 FERNANDO DE SOUSA LOPES
 FERNANDO VENTURA LAGE
 FRANCISCO ANTÓNIO VAZ RATO VIDINHA
 FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
 FRANCISCO MANUEL TEIXEIRA QUINTAS
 FRANCISCO DE PAULA DE ALMEIDA TAVARES DE SENA
 FRANCISCO VARANDAS FERNANDES
 GABRIEL CESAR DAS NEVES COELHO
 GUILHERME DE JESUS ESTRIGA ARRANHADO
 GUILHERME JOSÉ AZEVEDO MESQUITA
 HAMILTON MANUEL DE OLIVEIRA MARQUES MAIO
 HÉLIO MAURI CARVALHO PEREIRA
 HENRIQUE CARLOS CANELAS DE OLIVEIRA
 HENRIQUE JOSE DO CARMO TEIXEIRA GRÁCIO
 HERCULANO JOSÉ POMBINHO
 HERMÍNIO JOSÉ MONTEIRO CAETANO
 HERNANI JOSE SANTANA DA CONCEIÇÃO
 HILÁRIO RODRIGUES PACHECO
 HUMBERTO HILARIO PINTO
 HUMBERTO RESENDES DE MELO
 ILDA MARIA DE JESUS MONTEIRO
 IVO CANDEIAS ANICETO
 JACINTO CABRAL TRAVASSOS
 JAIME CASTANHEIRA MENDES CORREIA
 JAIME PEREIRA GREGÓRIO
 JAIME SIMÃO CARNEIRO
 JERONIMO GONÇALVES PEREIRA ANTUNES
 JOÃO ALVES FEVEREIRO
 JOÃO ANTONIO DA SILVA ALMEIDA
 JOÃO ANTONIO DE SOUSA
 JOÃO AUGUSTO LOPES PALA
 JOÃO BALTAZAR SILVA CARMONA
 JOÃO BARATA FERNANDES
 JOÃO CAIRES CORREIA
 JOÃO CARLOS FREIRE DE OLIVEIRA
 JOÃO CARLOS PESSOA ALVES GARCIA
 JOÃO CARLOS RIBEIRO DE SOUSA MAGALHÃES
 JOÃO CARLOS DA SILVA MELO DE SOUSA
 JOÃO DA CRUZ TEIXEIRA GONÇALVES
 JOÃO EMÍLIO PIMPÃO CARQUEIA
 JOÃO GUILHERME PEREIRA RODRIGUES
 JOÃO HERCULANO RIBEIRO DE ARAGÃO

JOÃO JOAQUIM MARTINS CASTANHEIRA
 JOÃO JORGE SILVA DE LA FERIA
 JOÃO JOSE FERREIRA DE MOURA BOTAS
 JOÃO JOSE LORDELO TEIXEIRA
 JOÃO JOSÉ ROSA GUERRA
 JOÃO LÚCIO DA COSTA LOPES
 JOÃO LUÍS ENCARNÇÃO PENISGA
 JOÃO LUÍS FERNANDES FERREIRA
 JOÃO LUÍS DE FREITAS RODRIGUES
 JOÃO LUÍS MANTA PEREIRA
 JOÃO LUÍS DA SILVA LEMOS VALENTIM
 JOÃO LUÍS DE SOUSA ABREU
 JOÃO MANUEL DE LIMA CASQUEIRO HADERER
 JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA COUTO
 JOÃO MANUEL PARREIRA MOURA MARQUES
 JOÃO MANUEL PIRES
 JOÃO MANUEL RIBEIRO SOBERANO
 JOÃO MANUEL RODRIGUES CANELAS
 JOÃO MARGARIDO CRUZ PINTO DOS REIS
 JOÃO MARIA DO CARMO GOMES PELOTAS
 JOÃO MARIA MARTINS BAIONETO
 JOÃO MENDONÇA CORREIA
 JOÃO PAULO SALGADO FERNANDES LOPES
 JOÃO PEDRO NEVES DA CUNHA FERREIRA
 JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA PARALVA
 JOÃO PEDRO DA ROCHA BARROS
 JOÃO PEDRO SANTOS DE ALMEIDA
 JOÃO ZULMIRO FERREIRA DE OLIVEIRA
 JOAQUIM ANTÓNIO FERREIRA DE MATOS
 JOAQUIM ANTÓNIO LOPES BRAGA
 JOAQUIM ANTÓNIO NUNES REBORDÃO
 JOAQUIM DE BRITO MENDES
 JOAQUIM CARDOSO CORREIA
 JOAQUIM FERNANDES DE ABREU
 JOAQUIM GALEGO BRANCO ALAS
 JOAQUIM JOSE PARREIRA FRAGOSO
 JOAQUIM DE LIMA MOREIRA VAZ
 JOAQUIM MARIA DA COSTA
 JOAQUIM MARQUES
 JOAQUIM PINTO DE ARAÚJO
 JOAQUIM ROSA GONÇALVES
 JOAQUIM TEIXEIRA DE CARVALHO BRITES
 JOEL PENEDO MARQUES DUARTE
 JORGE AFONSO CARDOSO FERREIRA PINTO DE OLIVEIRA
 JORGE ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA
 JORGE BARNABÉ ALEMAO REBELO
 JORGE LEAL REBELO VIEIRA
 JORGE MANUEL DE ARAUJO TEIXEIRA
 JORGE MANUEL FRANCO RODRIGUES BARATA
 JORGE MANUEL PIÇARRA SÃO MARCOS
 JORGE MANUEL SARAIVA BRANDAO
 JORGE MANUEL DA SILVA FERREIRA DE BRITO
 JORGE MARIO DA SILVA LAROZE ROCHA
 JORGE MARTINS DIONISIO
 JORGE MOREIRA RAPOSO
 JORGE PRIMO PINTO SOROMENHO
 JOSÉ AGOSTINHO RODRIGUES JORGE
 JOSÉ ALBERTO CAMPOS COSTA
 JOSÉ ALFREDO SILVA AGULHEIRO
 JOSÉ ANTÓNIO FERNANDES FERREIRA
 JOSÉ ANTÓNIO GUEDES VAZ DE SÁ CARNEIRO
 JOSÉ ANTÓNIO MARQUES ANTUNES
 JOSÉ ANTÓNIO DOS SANTOS RUVINHO
 JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA QUINTAS
 JOSÉ ANTÓNIO SOARES ARRUDA
 JOSÉ ARNALDO SOUSA TUNHAS MAYAN COSTA
 JOSÉ AUGUSTO ALVES BARROSO MANTA PEREIRA

JOSÉ AUGUSTO CABO VERDE MENDES
 JOSÉ AUGUSTO LOURO ESPERANÇA
 JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES GOMES
 JOSÉ AUGUSTO DA SILVA PATO
 JOSÉ BARROS DA ROCHA
 JOSÉ CARLOS CARRILHO PINTO
 JOSÉ CARLOS DA SILVA FILIPE
 JOSÉ EDUARDO LEAL MOITA
 JOSÉ FERNANDO FERREIRA MARTINS
 JOSÉ FERNANDO DE JESUS TEIXEIRA DOMINGUES
 JOSÉ FERNANDO PINTO DE ALMEIDA OLIVEIRA
 JOSÉ FERREIRA DE MORAIS ANTAS
 JOSÉ FILIPE ROBALO
 JOSÉ DA FONTE E CASTRO
 JOSÉ GATO DOS SANTOS
 JOSÉ DA GRAÇA CARRILHO MATOS
 JOSÉ HENRIQUES FERNANDES LOPES
 JOSÉ HENRIQUES DOS SANTOS
 JOSÉ INÁCIO DA COSTA LOPES JUNIOR
 JOSÉ INÁCIO RAMADA LEITE COSTA LOPES
 JOSÉ DE JESUS DOS SANTOS ROSA
 JOSÉ JOAO BRAS MATIAS
 JOSÉ JOAO RODRIGUES CENTENO
 JOSÉ JÚLIO ROMA DE ANDRADE
 JOSÉ JUSTINO VEIGA DA SILVA
 JOSÉ LAMEIRAS DE SOUSA
 JOSÉ LUÍS DA CONCEIÇÃO RODRIGUES LEMOS
 JOSÉ LUÍS FLOR DE PINHO MARQUES
 JOSÉ LUÍS MARTINS DE FREITAS
 JOSÉ LUÍS OLIVEIRA QUELHAS
 JOSÉ LUÍS PINHO FERREIRA
 JOSÉ MACHADO MIRANDA
 JOSÉ MACHADO DA SILVA
 JOSÉ MANUEL DE ALMEIDA MARQUES
 JOSÉ MANUEL BAPTISTA TECEDIEIRO
 JOSÉ MANUEL DINIZ MARIA
 JOSÉ MANUEL GUIMARÃES DA COSTA
 JOSÉ MANUEL HENRIQUES FORTUNATO
 JOSÉ MANUEL DE LEMOS MARQUES SOBREIRO
 JOSÉ MANUEL DA LUZ MARANHAS
 JOSÉ MANUEL MENDES DE CARVALHO
 JOSÉ MANUEL PEIXOTO PAIS
 JOSÉ MANUEL DOS SANTOS DE MORAIS ANTAS
 JOSÉ MANUEL DA SILVA CRISTÓVÃO
 JOSÉ MANUEL DA SILVA GONÇALVES SOBRAL
 JOSÉ MANUEL VIEIRA RIBEIRO
 JOSÉ MANUEL XAVIER RIJO
 JOSÉ MARIA ALVES MARTINS DOS SANTOS
 JOSÉ MARIA GODINHO ESPIRITO SANTO
 JOSÉ MARIA LOPES ZACARIAS
 JOSÉ MARIA DA SILVA SOARES RIBEIRO
 JOSÉ MARIANO LAPA BATISTA
 JOSÉ MIGUEL DA SILVA COSTA
 JOSÉ DO NASCIMENTO CANDEIAS CUSTODIO
 JOSÉ ÓSCAR DE MACEDO ALVES
 JOSÉ DE PAIVA LIMA
 JOSÉ PINTO DE OLIVEIRA
 JOSÉ RAMOS MARTINS
 JOSÉ RAUL DE SOUSA PINTO
 JOSÉ RIBEIRO ALVES
 JOSÉ DA ROCHA MONTEIRO
 JOSÉ RODRIGUES SOARES
 JOSÉ SANTOS FERREIRA
 JOSÉ DA SILVA NUNES
 JOSÉ SILVINO MAGALHÃES DE SOUSA
 JOSÉ VIEIRA MARQUES
 JOSÉ VIEIRA FERNANDES PALHA

JÚLIO ADELINO ALVES NOGUEIRA
 JÚLIO ANTONIO ASCENÇÃO CACHAPA
 JÚLIO DINIS ESTEVES PEREIRA
 JÚLIO VARELA MONTEIRO CONCEIÇÃO
 LUDGERO AGOSTINHO LUIS
 LUÍS AMÂNDIO DUARTE DA SILVA BOUCEIRO
 LUÍS ARTUR PEREIRA DE ALMEIDA
 LUÍS AUGUSTO ALMEIDA NOGUEIRA
 LUÍS AUGUSTO DUARTE
 LUÍS DE DEUS
 LUÍS FERNANDO DA VEIGA PIRES
 LUÍS FILIPE ENGENHEIRO DOS SANTOS
 LUÍS FILIPE DOS SANTOS LANÇA DA SILVA GOMES
 LUÍS FILIPE DE VILHENA DE ANDRADE BOTELHO
 LUÍS DE JESUS RODRIGUES
 LUÍS JORGE XAVIER RIJO
 LUÍS MANUEL JESUS DA COSTA
 LUÍS MANUEL DA SILVA MESSIAS
 LUÍS ORNELAS GLÓRIA
 LUÍS DA PURIFICAÇÃO MERINO
 LUÍS SILVA DA CUNHA GONZAGA
 LUÍS VALDOMAR DA SILVA SANTOS PEDROSA
 MANUEL AIRES BRILHANTE SOBRAL
 MANUEL ALVES SIMOES
 MANUEL ANTERO PEREIRA DOS SANTOS
 MANUEL ANTONIO LADEIRAS
 MANUEL ANTUNES DO AMARAL
 MANUEL AUGUSTO ADRIANO MAYER RAPOSO
 MANUEL AUGUSTO ROCHA
 MANUEL AUGUSTO DE SOUSA PEREIRA
 MANUEL FELISBERTO DA ENCARNÇÃO
 MANUEL FERNANDES TAVARES
 MANUEL FERNANDO BRAGANÇA RIJO
 MANUEL FERNANDO CARVALHO PEIXOTO
 MANUEL FERNANDO LOPES
 MANUEL FERNANDO PEREIRA CRESPO
 MANUEL FERREIRA DE MORAIS ANTAS
 MANUEL JACINTO TOMÁS
 MANUEL JOÃO REISINHO BELEZA DE ANDRADE
 MANUEL JOAQUIM DE AMORIM NUNES
 MANUEL JORGE AZEVEDO SOUSA
 MANUEL JORGE DOMINGUES TEIXEIRA
 MANUEL JOSÉ SOUSA SOUTO DEL RIO
 MANUEL JÚLIO BRAGA ALVES
 MANUEL LIMA MONTEIRO
 MANUEL LUÍS DA SILVA CUNHA E COSTA
 MANUEL MARQUES DE SOUSA
 MANUEL MARTINS LEAL DA COSTA
 MANUEL MONTEIRO DA SILVA
 MANUEL MOREIRA PINTO
 MANUEL OLÍMPIO EVANGELISTA PASSOS RAMOS
 MANUEL OLIVEIRA MARTINS
 MANUEL PEDRO VIEIRA FONTES
 MANUEL RAUL GOUVEIA TEIXEIRA
 MANUEL DOS SANTOS PEREIRA
 MANUEL VICENTE COELHO DE ALMEIDA
 MARIA CRISTINA VITORINO DE CASTRO
 MARIA JÚLIA AMARO FERNANDES DE CARVALHO
 MÁRIO ALCINO MENDES DE OLIVEIRA
 MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE
 MÁRIO ANTÓNIO ROSA DE MATOS OLIVEIRA
 MÁRIO AUGUSTO DE AGUIAR BARRELA
 MÁRIO AUGUSTO NETO BARROCA
 MÁRIO CELESTINO DE FREITAS DUARTE D'ALMEIDA
 MÁRIO FERNANDO BAPTISTA DA COSTA
 MÁRIO FERNANDO DA SILVA SIMOES
 MÁRIO GABRIEL DOS SANTOS BARBOSA CARDOSO

MÁRIO DO NASCIMENTO GOMES
 MÁRIO NEVES DA SILVA
 MÁRIO NUNES MENDES
 MÁRIO DE SOUSA FERREIRA DE BRITO
 MÁRIO DE SOUSA GONÇALVES
 MÁRIO VASCO CANHAO PAIXÃO
 MIGUEL TEODORO DE MELO
 MILITAO ANTONIO MONTEIRO CANDEIAS
 NELSON AUGUSTO LOPES BATALHA
 NELSON OSCAR DE SOUSA PINTO
 NELSON RAUL DOS SANTOS FERREIRA
 NORBERTO DIAS DOS SANTOS
 NUNO GABRIEL FERREIRA DE MESQUITA PIRES
 NUNO MANUEL MORENO DE EÇA BRAAMCAMP
 NUNO DE MESQUITA GABRIEL DOS SANTOS PIRES
 ORBÍLIO AUGUSTO GONÇALVES LOPES
 ORLANDO ESPIRITO SANTO ALVARES
 ORLANDO JORGE FERREIRA CARNEIRO ZAGALO
 ÓSCAR FERNANDO VALENTE VELUDO
 PAULA MARIA RAMADA LEITE DA COSTA LOPES SANTOS VICENTE
 PAULO JORGE DE GUSMÃO TEIXEIRA
 PAULO JORGE MAIO DE ANDRADE
 PAULO JORGE MENDES PIRES
 PAULO JOSE BORGES DE LIMA
 PAULO RICARDO FIGUEIRA FERREIRA
 PAULO RUI FELIX VARGAS DA COSTA
 PAULO SÉRGIO DOS SANTOS GOUVEIA
 PEDRO MANUEL BALTAZAR FONTOURA
 QUINTINO COSTA VELHO
 REINALDO LUCAS DE CARVALHO
 RICARDO JOAQUIM DE VASCONCELOS PEIXOTO GUIMARAES
 RUI ACACIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA
 RUI ALBERTO DA SILVA SIMOES
 RUI ALBERTO VENTURA MANGERIÇÃO
 RUI ALEXANDRE LEITAO DA ANUNCIAÇÃO
 RUI FILIPE CASTELA RAMOS PEREIRA
 RUI HELDER DA COSTA SANTOS
 RUI JOAQUIM AZEVEDO PEREIRA
 RUI JOSÉ AZEVEDO DE OLIVEIRA
 RUI MANUEL MARTINS RIBEIRO
 RUI MENDES FERREIRA
 RUI PAULO DOS SANTOS CASIMIRO
 RUI PEREIRA PATO
 RUI SOARES FERNANDES
 SECUNDINO CRISTÓVÃO BARBOSA ALVES DE QUEIRÓS
 TEODORO HORTA DE MESQUITA
 TEODORO JOSÉ MIGUEL LEOTE
 VALDEMAR LUIS DA COSTA
 VASCO DE ALMEIDA
 VASCO CANTARILHO DA CONCEIÇÃO VERDES
 VICTOR HUGO LEMOS DA COSTA ANTUNES
 VICTOR MANUEL FERREIRA DE MELO BARRETO
 VILMARO RIBEIRO DE QUEIROS
 VITOR HUGO CÂNDIDO DUARTE
 VITOR MANUEL ALVES RAMOS DOS SANTOS
 VITOR MANUEL OSORIO GEADA
 VITOR MANUEL PEREIRA FERREIRA
 VITOR MANUEL DOS SANTOS MARQUES
 ZACARIAS MALHEIRO DA SILVEIRA
 ZÉLIO MANUEL MOTA DE CARVALHO

Durante o ano corrente inscreveram-se na CDO
 JOSÉ HERNÂNI MONTEIRO DA COSTA
 PAULO RICARDO FIGUEIRA FERREIRA
 e reinscreveram-se
 JOSÉ MARIANO LAPA BATISTA
 ainda suspenderam a sua actividade
 JOSÉ HERNÂNI MONTEIRO DA COSTA

O PORTAL DA CDO

www.global-trade-alliance.com

Um velho sonho está em vias de completo acabamento. Já a funcionar na Intranet e na Internet, está em vias de conclusão a sua vertente Extranet.

Será este o meio privilegiado de comunicação dos Despachantes Oficiais com a sua Câmara.

Com conteúdos ainda em desenvolvimento e sempre em actualização, iremos aos poucos proceder às melhorias adequadas.

Só que o tempo não pára, é limitado e não é possível fazer tudo simultaneamente.

Para já, convirá que nos habituemos a clicar:

www.cdo.pt

www.global-trade-alliance.com

Depois de milhares de horas, dedicadas a reuniões duramente preenchidas com discussões, justificações, definições, ajustamentos e inserção de conteúdos e textos, aí está, desde 15 de Novembro de 2004, “a menina dos nossos olhos”.

Não se tratando de “obra acabada”, uma vez que um Portal está constantemente em evolução, não só em termos de actualizações como na inserção de conteúdos, tivemos já no Encontro de Fátima uma pequena ideia das suas enormes potencialidades práticas e da sua essencialidade como ferramenta para o “Despachante Oficial do Futuro”.

Com ele e através dele, estabelecer-se-ão novas formas de relacionamento com os clientes, atingir-se-ão novos objectivos e teremos o Despachante Oficial, senão transformado, pelo menos habilitado a tornar-se num verdadeiro **Consultor do Comércio Global**.

Os cursos de formação que a CDO disponibilizará, com intervenientes em número reduzido para melhor aproveitamento, irão permitir a sua fácil utilização por todos e assim o recurso a meios até agora não disponíveis e mesmo impensáveis.

para dentro de alguns dias, podermos ver nele inseridas as Circulares, Notícias, Avisos e todas as formas de comunicação que hoje se fazem de outra forma.



Haverá alguma sabedoria que não se aplique à vida? [Henry Thoreau - filósofo]

O conhecimento é algo que se renova a cada momento. Mas não é por se viver em constante mudança e evolução que os resultados de hoje invalidam os conhecimentos de ontem. Se hoje estamos onde estamos, é também porque, no passado, alguém nos deu um ponto de partida. E é a partir desse ponto que conseguimos traçar novos rumos e estabelecer novas metas. No nosso caso, a meta será sempre a sua satisfação.

No BES provamos todos os dias que a verdadeira sabedoria é saber aplicá-la.

 **BANCO ESPIRITO SANTO**
Quem sabe, sabe e o BES sabe.

notícias nacionais

Despachantes Oficiais Portugueses operam como Formadores Internacionais na América Latina

Num momento em que muito falamos dos problemas que se colocam à nossa classe profissional, e da necessidade de não cruzar os braços e buscar soluções e caminhos para o futuro, nomeadamente explorando as potencialidades do portal "Aliança para o Comercio Global", dois colegas têm vindo a operar como Formadores Internacionais em trabalhos desenvolvidos na América Latina.

No quadro de programas de formação de funcionários aduaneiros e de finanças sobre o Acordo para aplicação do art. VII do Gatt - Valor Aduaneiro de Mercadorias, promovidos pela O.M.C. e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, os colegas Luis Veiga Pires e Mário de Matos Oliveira, estiveram em Dezembro de 2003 nas Honduras e em Abril/Maio de 2004 na Venezuela.



Na Venezuela onde realizaram um programa semelhante em tema, duração e número de formandos, foram também muito apreciados tendo inclusive recebido do Director Geral das Alfandegas da Venezuela uma carta de reconhecimento pela qualidade do trabalho realizado.



Nas Honduras para além de ministrarem 3 semanas de formação teórica e prática a cerca de 120 formandos, foram ainda solicitados a apresentarem à XV Reunião de Directores Gerais das Alfândegas da América Central, uma comunicação sobre o estado actual do processo de integração aduaneira e comercial na União Europeia, o que lhes valeu rasgados elogios e cumprimentos dos participantes.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL É PERMANENTE

Manifestando um elevado sentido de responsabilidade e profissionalismo, realçamos os colegas D.O.'s que concluíram cursos este ano, como exemplo a ser seguido:

Curso "Mediador de Seguros":

José Augusto Cabo Verde Mendes

Mário António Rosa Matos Oliveira

Curso "Master em Relações Económicas Internacionais":

Pedro Manuel Baltazar Fontoura

José Fernando Jesus Teixeira Domingues

notícias nacionais

CENTRO DE FORMAÇÃO PERMANENTE

No sentido de criar as melhores condições para as Sessões de Formação, foi decidido criar nas instalações das suas Secções de Lisboa e do Porto um C.F.P., dotado de todos os meios indispensáveis à sua funcionalidade.



DOCUMENTO VETERINÁRIO COMUM DE ENTRADA

No passado dia 3 de Março realizou-se na Sede da CDO, uma Sessão de Formação sobre as novas regras a observar nos Controlos Veterinários dos produtos provenientes de Países Terceiros.

REUNIÃO DE CLASSE

Sobre os temas Código Aduaneiro Comunitário, Iva na Importação e IEC's realizou-se em Lisboa, no dia 22 de Abril de 2004, e no Porto a 26 de Abril de 2004 uma Reunião de Classe.

CERTIFICAÇÃO FITOSANITÁRIA

No sentido de se estudar o projecto e eventualmente elaborar propostas sobre os procedimentos nele previstos, realizou-se no passado dia 29 de Março, na Sede da CDO, uma Sessão de Formação e esclarecimento sobre o tema em epígrafe.

ENCOMENDAS POSTAIS

Ocorreu em 24 de Maio de 2004, na nossa Sede, em Lisboa uma reunião destinada a esclarecer



aspectos relacionados com as Encomendas Postais.

IEC'S

Realizaram-se no Porto e em Lisboa, respectivamente nos dias 13 e 15 de Julho de 2004, duas Sessões de Formação sobre o tema em epígrafe. Foi seu ilustre palestrante o Sr. Dr. Brigas Afonso, Subdirector Geral da DGAIEC.

3º. CONGRESSO ESTRATÉGIA PARA O SECTOR MARÍTIMO

Por iniciativa da Agepor - Associação dos Agentes de Navegação de Portugal, realizou-se no passado dia 24 de Novembro, o Congresso acima referenciado, onde foi discutida a estratégia a adoptar quanto ao transporte marítimo e aos portos.

CURSOS DE FORMAÇÃO

Vai iniciar-se em breve o Curso de Formação de Inglês de nível I, a que se seguirá o Curso de Formação na área das transmissões electrónicas.

Ambos os Cursos terão um número reduzido de participantes em cada sessão, de forma a melhorar os respectivos aproveitamentos.

Estuda-se a possibilidade da organização de um novo Curso de Comércio Internacional, que incluirá contratos, seguros, incoterms e meios de pagamento internacionais.

CURSO DE INFORMÁTICA BÁSICO

Procurando facilitar um primeiro contacto com o computador e o sistema operativo Windows, realizaram-se em 24, 25 e 26 de Maio, em Lisboa e, 24, 25, 26 e 31 de Maio e 1 e 2 de Junho, no Porto, em dois horários: laboral e pós-laboral, dois Cursos de Formação, para os interessados.



ELEIÇÕES BIÉNIO 2005 / 2006

Em cerimónia realizada nos passados dias 28 de Dezembro no Porto e 29 de Dezembro em Lisboa, tomaram posse os Membros dos Órgãos Sociais eleitos para o biénio 2005/2006, respectivamente para as Secções do Porto e de Lisboa e Órgãos Nacionais da CDO.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Reinaldo Lucas de Carvalho
Secretário: Joaquim de Lima Moreira Vaz
Secretário: João Maria Martins Baioneto

Conselho Directivo

Presidente: Fernando Carmo
Secretário: Mário António Rosa de Matos Oliveira
Secretário: António Manuel dos Santos Ladeiras
Secretário: Luís Fernando da Veiga Pires
Secretário: Rui Alexandre Leitão da Anunciação

Conselho Deontológico e Fiscalizador Nacional

Presidente: José Manuel Peixoto Pais
Vogal: Manuel João Reizinho Beleza de Andrade
Vogal: Artur Marques Rodrigues
Vogal: Cesário Guilherme Ferreira
Vogal: Daniel dos Santos Branco Vasco

Mesa da Assembleia da Secção de Lisboa

Presidente: João Maria Martins Baioneto
Secretária: Paula Maria R. L. da Costa Lopes Santos Vicente
Secretária: Ilda Maria de Jesus Monteiro

Direcção da Secção de Lisboa

Presidente: Luís Fernando da Veiga Pires
Vice-presidente: Carlos Manuel Damas Pelado
Tesoureiro: António João Florindo Cadete
Suplente: Rui Paulo dos Santos Casimiro
Suplente: Carlos Manuel Góis dos Santos

Conselho Deontológico e Fiscalizador da Secção de Lisboa

Presidente: António José Simões de Almeida
Assessor: Mário Fernando Baptista da Costa
Assessor: José Miguel da Silva Costa

Mesa da Assembleia Geral da Secção do Porto

Presidente: Joaquim de Lima Moreira Vaz
Secretário: António Manuel de Barros Rodrigues
Secretário: Rui Manuel Martins Ribeiro

Direcção da Secção do Porto

Presidente: Rui Alexandre Leitão da Anunciação
Vice-presidente: Manuel Fernando Bragança Rijo
Tesoureiro: Fernando Carvalho Peixoto
Suplente: João Augusto Lopes Pala
Suplente: Henrique Carlos Canelas Oliveira

Conselho Deontológico e Fiscalizador da Secção do Porto

Presidente: José Barros da Rocha
Assessor: Vasco de Almeida
Assessor: Luís Artur Pereira de Almeida

notícias internacionais



CONFIAD

Paneuropean Network

§ Tendo em vista as sucessivas revisões da proposta Modernized Customs Code a Confiad Pan European Network realizou várias reuniões do seu Conselho Directivo, em Madrid em 23.01.04 em Vilnius em 16.10.04 e em Atenas em 20.11.04

§ No dia 13 de Setembro de 2004 reuniram em Madrid os representantes das Associações fundadoras da Confiad, onde decidiram solidificar e desenvolver a organização, modificando as suas estruturas físicas, os recursos humanos disponíveis e alterar os Estatutos.



§ A Confiad é hoje uma associação que congrega 15 países: Bulgária, Chipre, Espanha, França, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Portugal, Rússia, Turquia, e Ucrânia.

§ Realizou-se em Atenas no dia 19 de Novembro de 2004 uma Conferência sobre o tema “O Despachante Oficial contra a Fraude”, na qual a CDO se fez representar, tendo participado nos respectivos trabalhos.

§ Em Atenas no dia 20 de Novembro de

2004, na Assembleia Geral da Confiad, foram aprovados os novos Estatutos.

§ Na Assembleia Geral Ordinária que se realizou a seguir, o Presidente do Conselho Directivo da CDO, Dr. Fernando Carmo, foi reeleito Presidente da Confiad, por unanimidade e aclamação.

DG ENLARGEMENT/TAXUD/CONFIAD

§ Sob a organização conjunta da Direcção Geral do Alargamento, a Direcção Geral dos Impostos Indirectos e a Confiad, realizou-se em Varsóvia no dia 19.03.04, um “work-shop” destinado à análise do conceito e do estatuto do “authorized customs representative”.



§ Nos dias 26 de Março, 5 de Abril, 10 de Maio e 17 de Setembro de 2004, realizaram-se reuniões do Instituto Aduaneiro do Clecat, tendo em vista a análise do Projecto do novo Código Aduaneiro Comunitário e a definição de uma Posição Comum a enviar à Comissão Europeia (Taxud).

WORKSHOP ON CUSTOMS ADMINISTRATIONS

§ Realizado em Bruxelas nos dias 21 e 22 de Junho de 2004, este Seminário foi dirigido às Administrações Aduaneiras de 6 Países futuros candidatos à adesão à UE.

Nele interveio, a convite da Comissão, o Presidente do Conselho Directivo, Dr. Fernando Carmo, apresentando o tema direito de representação

gabinete técnico de apoio

Despachante Oficial que iniciou um “Despacho”, solicita a outro Colega que proceda à sua substituição. A Alfândega recusa tal substituição QUID JURIS ?

Por ordem de questões e tentando a sistematização possível, importará desde já clarificar de forma definitiva que não é a Alfândega que compete **decidir** da substituição de um Despachante Oficial, mas apenas, verificar se esta substituição está ou não de acordo com as normas legais e regulamentares em vigor. Com efeito, Nos precisos temos, do disposto no artº. 470 do Decreto Lei 73/2001 de 26.02, “competem à Câmara dos Despachantes Oficiais (CDO) determinar os requisitos, **a organização** e o acesso à profissão de despachante oficial.

Temos assim como claro que, sendo a substituição como que um dos momentos em que desenvolve a organização da actividade, ela, **a substituição é da estrita competência da CDO.**

Assim sendo, teremos que analisar seguidamente em que termos ela se processa.

A questão da substituição do Despachante Oficial está especialmente prevista no Regulamento de Inscrição na Câmara dos Despachantes Oficiais, da suspensão Voluntária do Exercício da Actividade de Despachante Oficial e da sua Substituição por Impedimento, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 12.02.99 e alterado por decisão de

outra idêntica Assembleia em 27.03.02.

Das disposições conjugadas de tal Regulamento, verifica-se que:

1. O Despachante Oficial pode fazer-se substituir aquando dos seus impedimentos temporários devidamente justificados (artº. 13)
2. No caso do impedimento temporário o Despachante Oficial só pode ser substituído por outro Despachante Oficial (artº.17)
3. Para efeitos de substituição, o Despachante Oficial deve formular o respectivo pedido à Secção a que pertença, acompanhado da declaração de aceitação do Despachante Oficial substituído (artº. 21)
4. Aceite pela CDO o pedido de substituição, será por esta emitida uma credencial que o Despachante Oficial apresentará sempre que para o efeito seja solicitada.

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

(Sexta Secção)

de 7 de Outubro de 2004

no processo C-379/02 (pedido de decisão prejudicial apresentado pelo

Østre Landsret): Skatteministeriet

contra Imexpo Trading A/S (1)

(Pauta aduaneira comum — Posições pautais —

Classificação Nomenclatura Combinada —

Tapetes para cadeiras de rodas)

(2004/C 300/25)

(Língua do processo: dinamarquês)

(Tradução provisória; a tradução definitiva será publicada na «Colectânea da Jurisprudência»))

No processo C-379/02, que tem por objecto um pedido de decisão prejudicial nos termos do artigo 234.o CE, apresentado pelo Østre Landsret (Dinamarca), por despacho de 15 de Outubro de 2002, entrado no Tribunal de Justiça em 21 de Outubro de 2002, no processo Skatteministeriet contra Imexpo Trading A/S, o Tribunal de Justiça (Sexta Secção), composto por: A. Borg-Barthet, presidente de secção, J.-P. Puissochet (relator) e S. von Bahr, juízes, advogado-geral: L. A. Geelhoed, secretário: R. Grass, proferiu em 7 de Outubro de 2004 um acórdão cuja parte decisória é a seguinte: *A Nomenclatura Combinada que figura no anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2658/87 do Conselho, de 23 de Julho de 1987, relativo à nomenclatura pautal e estatística e à pauta aduaneira comum, nas versões resultantes, respectivamente, do Regulamento (CE) n.º 1734/96 da Comissão, de 9 de Setembro de 1996, do Regulamento (CE) n.º 2086/97 da Comissão, de 4 de Novembro de 1997, do Regulamento (CE) n.º 2261/98 da Comissão, de 26 de Outubro de 1998, e do Regulamento (CE) n.º 2204/99 da Comissão, de 12 de Outubro de 1999, deve ser interpretada no sentido de que, num litígio como o litígio no processo principal, em que é defendido contraditoriamente pelas partes que os tapetes de plástico para cadeiras de rodas, como os que estão em causa no processo principal, são abrangidos na subposição 3918 10 90 e na subposição 9403 70 90 da Nomenclatura Combinada, é a primeira dessas posições que deve ser privilegiada.*

(1) JO C 7 de 11.1.2003.

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
(Segunda Secção)
de 23 de Setembro de 2004,

no processo C-414/02 (pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Verwaltungsgerichtshof): Spedition Ulustrans, Uluslararasi Nakliyat ve. Tic. A.S. Istanbul contra Finanzlandesdirektion für Oberösterreich (1) (*Código Aduaneiro Comunitário Artigo 202.o Constituição da dívida aduaneira Introdução irregular no território aduaneiro da Comunidade Conceito de «devedor» dessa dívida Alargamento à entidade patronal da dívida de um empregado que cometeu irregularidades na execução das obrigações aduaneiras*) (2004/C 284/04)

(Língua do processo: alemão)

(Tradução provisória; a tradução definitiva será publicada na «Colectânea da Jurisprudência»)

No processo C-414/02, que tem por objecto um pedido de decisão prejudicial nos termos do artigo 234.o CE, apresentado pelo Verwaltungsgerichtshof (Áustria), por decisão de 6 de Novembro de 2002, entrado em 19 de Novembro de 2002, no processo Spedition Ulustrans, Uluslararasi Nakliyat ve. Tic. A.S. Istanbul contra Finanzlandesdirektion für Oberösterreich, o Tribunal de Justiça (Segunda Secção), composto por: C. W. A. Timmermans, presidente de secção, C. Gulmann, J.-P. Puissochet (relator), R. Schintgen e F. Macken, juízes, advogado-geral: A. Tizzano, secretário: R. Grass, proferiu em 23 de Setembro de 2004 um acórdão cuja parte decisória é a seguinte:

O artigo 202.o, n.o 3, do Regulamento (CEE) n.o 2913/92 do Conselho, de 12 de Outubro de 1992, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário, deve ser interpretado no sentido de que não se opõe a uma regulamentação nacional como a do artigo 79.o, n.o 2, da Zollrechts-Durchführungsgesetz (lei de aplicação do direito aduaneiro) que, em caso de introdução irregular no território aduaneiro da Comunidade de uma mercadoria sujeita a direitos de importação, torna a entidade patronal co-devedora da dívida aduaneira do trabalhador que procedeu à referida introdução na execução de tarefas que lhe foram confiadas pela entidade patronal, sem prejuízo de esta regulamentação exigir que a entidade patronal tenha participado na introdução das mercadorias tendo ou devendo ter razoavelmente conhecimento de que a referida introdução era irregular.

(1) JO C 19 de 25.1.2003.

20.11.2004 C 284/2 Jornal Oficial da União Europeia PT

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
(Terceira Secção)
de 16 de Setembro de 2004

no processo C-396/02 (pedido de decisão prejudicial do Gerechtshof te Amsterdam): DFDS BV contra Inspecteur der Belastingdienst Douanedistrict Rotterdam (1) (*Pauta aduaneira comum Nomenclatura Combinada Classificação pautal Subposição 8704 10 «Minitrac» para transporte e descarga de areia, terra e pedras provido de um sistema basculante sofisticado*)

(2004/C 273/09)

(Língua do processo: neerlandês)

(Tradução provisória; a tradução definitiva será publicada na «Colectânea da Jurisprudência»)

No processo C-396/02, que tem por objecto um pedido de decisão prejudicial nos termos do artigo 234.o CE, apresentado pelo Gerechtshof te Amsterdam (Países Baixos), por decisão de 6 de Novembro de 2002, entrado em 11 de Novembro de 2002, no processo: DFDS BV contra Inspecteur der Belastingdienst Douanedistrict Rotterdam, o Tribunal de Justiça (Terceira Secção), composto por: A. Rosas, exercendo as funções de presidente da Terceira Secção, R. Schintgen e K. Schieman (relator), juízes, advogada-geral: C. Stix-Hackl, secretário: R. Grass, proferiu em 16 de Setembro de 2004 um acórdão cuja parte decisória é a seguinte:

O facto de um veículo com caixa estar equipado com uma função basculante complexa, múltipla e precisa não constitui obstáculo à sua classificação como dumper na acepção da subposição 8704 10 da Nomenclatura Combinada, constante do Anexo I do Regulamento (CEE) n.o 2658/87 do Conselho, de 23 de Julho de 1987, relativo à nomenclatura pautal e estatística e à pauta aduaneira comum, nas versões resultantes dos Regulamentos (CE) n.os 3115/94 da Comissão, de 20 de Dezembro de 1994, e 3009/95 da Comissão, de 22 de Dezembro de 1995.

(1) JO C 7 de 11.1.2003.

6.11.2004 C 273/5 Jornal Oficial da União Europeia PT

§ Erro na Declaração Pautal é corrigível

Proc. C-411/01

GEFCO SA / Receveur principal des douanes

União aduaneira

Prejudicial

2 de Outubro de 2003

O exportador pode corrigir o erro na declaração pautal. Esse acto permitir-lhe-á deduzir o imposto pago. Mas terá que provar, perante a administração fiscal, o erro. Essa prova deve permitir aferir, sem qualquer ambiguidade, que essa declaração errada não teve consequências reais para o bom funcionamento do regime.

Por decisão de 8 de Outubro de 2001, o tribunal d'instance de Metz submeteu uma questão prejudicial sobre a interpretação dos artigos 145.0 a 151.0 do Regulamento (CEE) n.º 2913/92 do Conselho, de 12 de Outubro de 1992.

O litígio no processo principal e a questão prejudicial

Em 1995, a sociedade Hewlett Packard Italiana SpA obteve das autoridades italianas uma autorização de aperfeiçoamento passivo que lhe permitia exportar temporariamente cartões electrónicos de Itália para a China ou o Japão, para serem instalados em impressoras, e reimportar essas impressoras como produtos compensadores para o território aduaneiro comunitário, mais exactamente para França.

A autorização de exportação temporária dos cartões electrónicos referia como posição pautal a declarada pela Hewlett Packard Italiana SpA, ou seja, a posição 84733090 da NC. O boletim de informações denominado «boletim INF 2», emitido a pedido dessa empresa, indicava como posição aduaneira de referência desses componentes a posição 8473 da NC, ou seja, uma posição que incluía os quatro primeiros algarismos da posição declarada.

Dos autos resulta que tanto a autorização de exportação temporária como o boletim INF 2 continham em anexo uma descrição detalhada do desenho técnico dos cartões electrónicos.

Os cartões electrónicos foram exportados de Itália para a China e para o Japão. As impressoras onde os referidos cartões foram instalados foram importadas para a Comunidade pela GEFCO. Esta actuava por conta do seu cliente, a sociedade Hewlett Packard France, que, por sua vez, intervinha por conta da sociedade Hewlett Packard

Europe. Quando da referida importação, a GEFCO declarou esses cartões na posição pautal 8473 3010 da NC e não na posição 84733090 da NC, que fora a declarada quando da exportação temporária.

Esta discrepância entre as posições pautais foi detectada pela Administração Aduaneira francesa, por auto de 3 de Dezembro de 1998, tendo sido ordenada a abertura de um inquérito. Segundo esse inquérito, a Hewlett Packard Europe dera instruções para as mercadorias reimportadas serem declaradas sob a referência pauta 8473 3010 da NC, embora as mesmas mercadorias tivessem continuado por erro a ser declaradas, quando da exportação temporária, sob a referência 84733090 da NC, e isto pelo menos até Novembro de 1996.

A partir de 1 de Janeiro de 1996, às mercadorias que integram a posição pautal 8473 30 90 da NC passou a ser aplicado um direito aduaneiro de 1,6% e às que integram a posição pautal 84743010 da NC um direito aduaneiro de 3,3%.

As autoridades italianas confirmaram, por auto de 21 de Junho de 1999, que a classificação aduaneira correcta dos cartões electrónicos era a posição pautal 84733010 da NC e que a indicação que figurava na documentação relativa à exportação temporária dos referidos cartões estava errada.

Segundo a Administração Aduaneira francesa, a GEFCO modificara a referência pautal sem para o efeito ter obtido o acordo das autoridades aduaneiras italianas. Esta sociedade não tinha apresentado qualquer pedido de peritagem com vista a demonstrar que a posição pautal declarada quando da exportação estava errada. Em consequência, aquela Administração Aduaneira notificou à GEFCO, em 26 de Setembro de 2000, um auto de infracção em que lhe reclamava a liquidação de uma dívida aduaneira correspondente à diferença entre os direitos aduaneiros aplicáveis aos cartões electrónicos de acordo com o código pautal declarado em França e os resultantes da aplicação do código pautal declarado em Itália.

Em 8 de Novembro de 2000, a GEFCO deduziu oposição a esse aviso de liquidação e submeteu o litígio ao tribunal d'instance de Metz.

Nestas circunstâncias, o tribunal d'instance de Metz decidiu suspender a instância e submeter ao Tribunal de Justiça uma questão prejudicial.

Quanto à questão prejudicial

O órgão jurisdicional de reenvio pergunta, em substância, se os artigos 145.0 a 151.0 do código aduaneiro devem ser interpretados no sentido de que se opõem a que um operador económico que tenha declarado mercadorias numa posição

pautal errada, quando da sua exportação temporária para fora do território comunitário, em conformidade com o regime do aperfeiçoamento passivo, possa deduzir, aquando da introdução em livre prática dos produtos compensadores, o montante dos direitos de importação que seriam aplicáveis às mercadorias de exportação temporária em função da sua posição pautal exacta.

Importa declarar que as condições de aplicação do artigo 220.º, n.º 2, alínea b), do código aduaneiro não se encontram reunidas no caso em apreço no processo principal.

Assim, há que examinar as circunstâncias do caso em apreço no processo principal na perspectiva apenas das disposições que regulam o regime do aperfeiçoamento passivo, designadamente o artigo 150.º, n.º 2, do código aduaneiro.

Importa recordar que, no caso em apreço no processo principal, a posição pautal utilizada na declaração de exportação temporária e retomada na autorização de exportação estava errada. Resulta dos autos que esses documentos não foram formalmente rectificadas. Nenhum dos interessados que apresentou observações contesta que, nestas circunstâncias, não estavam satisfeitas todas as condições e obrigações correspondentes ao regime do aperfeiçoamento passivo.

Os interessados não estão de acordo quanto à questão de saber se o operador económico pode, não se verificando uma modificação formal dos documentos aduaneiros pertinentes, fornecer a prova de que a declaração errada não teve consequências reais para o bom funcionamento do regime do aperfeiçoamento passivo na acepção do artigo 150.º, n.º 2, do código aduaneiro.

É forçoso observar, a este respeito, que proibir, em todas as circunstâncias, que o operador económico faça essa prova seria privar o artigo 150.º, n.º 2, do código aduaneiro do seu efeito útil.

Sendo essa prova admissível, importa esclarecer que é ao devedor dos encargos aduaneiros que incumbe fazê-la.

O Tribunal declara:

„1) Os artigos 145.º a 151.º do Regulamento (CEE) n.º 2913/92 do Conselho, de 12 de Outubro de 1992, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário, devem ser interpretados no sentido de que não se opõem a que um operador económico que tenha declarado mercadorias numa posição pautal errada quando da sua exportação temporária para fora do território comunitário, em conformidade com o regime do aperfeiçoamento passivo, faça a prova, mesmo

não existindo uma modificação formal da declaração de exportação temporária, de que a declaração errada não teve consequências reais para o bom funcionamento do referido regime na acepção do artigo 150.º, n.º 2, desse regulamento.

2) Essa prova deve permitir concluir, sem qualquer ambiguidade, que os produtos compensadores resultam da utilização das mercadorias de exportação temporária.

3) Compete ao órgão jurisdicional de reenvio determinar, atentas todas as circunstâncias do caso em apreço no processo principal, se o operador económico fez, ou não, a referida prova,

4) Na afirmativa, o montante dos direitos de importação que seriam aplicáveis às mercadorias de exportação temporária em função da sua posição pautal exacta pode ser deduzido aquando da introdução em livre prática dos produtos compensadores."

O advogado-geral A. Tizzano apresentou as suas conclusões na audiência da Primeira Secção de 26 de Março de 2003. Propôs que o Tribunal de Justiça respondesse do seguinte modo:

"Os artigos 145.º a 151.º do Código Aduaneiro Comunitário devem ser interpretados no sentido de que não obstam a que, num caso como o em apreço, o operador que tenha declarado mercadorias submetidas ao regime de aperfeiçoamento passivo numa posição pautal errada possa deduzir, aquando da introdução em livre prática dos produtos compensadores, o montante dos direitos de importação que seriam aplicáveis às mercadorias de exportação temporária em função da sua posição pautal exacta."

§ ***Bens sujeitos a imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas sem isenção de Iva.***

Uma empresa tem como objecto social a produção e comercialização de bebidas alcoólicas, sendo frequentemente contactada por uma empresa portuguesa para proceder à venda de alguns produtos para os seus clientes comunitários, fornecendo o número de contribuinte e IEC do seu cliente comunitário.

A factura é processada para a empresa portuguesa, indicando o seu respectivo número de contribuinte (uma vez que esta assim o solicita), colocando no corpo da factura como local da saída o nosso entreposto fiscal e o dizer "mercadoria em trânsito", indicando o número de contribuinte e de IEC do cliente comunitário.

Esta factura vai conforme indicação do despachante oficial isento de IVA, acompanhada de um documento administrativo de acompanhamento (DAA), autorizada pela respectiva Delegação Aduaneira. Neste DAA surge como expedidor a empresa na qual este TOC trabalha e como destinatário o cliente da União Europeia, fazendo referência ao número da factura.

É correcto processar a factura com isenção de IVA, uma vez que se factura a uma empresa portuguesa? Será aplicável o Decreto-Lei nº. 96(2004, de 23 de Abril, destinado às exportações?

O regime de IVA, ao abrigo do art. 15º do respectivo código, só é permitido entre entrepostos fiscais que estejam situados em território nacional ou não. Para a circulação em suspensão (impostos especiais) os bens têm que ser acompanhados do Documento Administrativo de Acompanhamento (DAA), o qual é emitido pelo expedidor (depositário autorizado).

Determina o número V) da alínea b) do art. 15º do CIVA, conjugado com o nº 3 do mesmo artigo, que estão isentos de imposto as transmissões de bens que se destinem a ser colocados em regime de entreposto não aduaneiro, sendo considerados como tal os entrepostos de bens sujeitos a impostos especiais sobre o consumo aprovados nos termos do art. 23º do respectivo Código (Decreto-Lei nº 566/99, de 22 de Dezembro).

Decorre do referido preceito que apenas beneficiam de isenção as transmissões de bens que se destinem a ser colocados em regime de entreposto não aduaneiro/fiscal.

Assim sendo, os bens sujeitos ao IABA (Imposto Especial sobre o Alcool e Bebidas Alcoólicas) que são transmitidos pelos depositários autorizados e que não se destinam a ser sujeitos ao regime de entreposto não aduaneiro/fiscal não beneficiam de isenção do IVA, devendo o respectivo imposto ser liquidado na factura emitida e que suporta a operação.

Efectivamente, o regime de IVA, ao abrigo, nomeadamente, da citada disposição do art. 15º do CIVA, só é permitida entre entrepostos fiscais que estejam situados em território nacional ou não. Para a circulação em suspensão (impostos especiais), os bens têm que ser acompanhados do Documento Administrativo de Acompanhamento (DAA), que é emitido pelo expedidor (depositário autorizado).

A empresa que produz e comercializa as bebidas alcoólicas é o depositário autorizado (é titular do entreposto fiscal) que, ao expedir os bens, terá que os fazer acompanhar com o DAA (este documento tem que indicar o destino dos bens, seja esse destino nacional ou comunitário).

Pelo exposto, a transmissão dos bens (ainda que, nos termos do Decreto-Lei nº 961 2004, possam estar em suspensão do IABA), não pode beneficiar da isenção do nº V) da alínea h) do nº 1 do art. 15º do CIVA, porquanto o adquirente dos bens (empresa portuguesa) não possui entreposto fiscal (ainda que possa ser um operador registado ou um operador não registado, para efeitos do Decreto-Lei nº 566/99).

A referida operação não se pode enquadrar no art. 62 do Decreto-Lei nº 198/90, de 19/07 (alterado pelo Decreto-Lei nº 96/2004, de 23 de Abril), porquanto não estamos perante operações de exportação (saída de bens de território nacional para países ou territórios terceiros), mas sim de transmissões intracomunitárias (saída de bens para países comunitários).

(Informação elaborada pela CTOC Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas)

Glossário (II)

ACP - Estados de África, Caraíbas e Pacífico

AIE - Acordos de Integração Económica

ALALC - Associação Latino Americana de Comércio Livre

ALCA - Área de Comércio Livre das Américas

ALCSA - Área de Livre Comércio Sul Americano

APEC - Cooperação Económica da Ásia e Pacífico

ANASE - Associação das Nações da Ásia do Sudeste

CARICOM - Comunidade das Caraíbas

CITES - Convenção sobre o Comércio Internacional das espécies da fauna e da flora selvagens em vias de extinção. (Convenção de Washington)

ICC - Câmara do Comércio Internacional

ECE - Comissão Económica para a Europa (Nações Unidas)

ECLAC - Comissão Económica para a América Latina e Caribe (Nações Unidas)

FMI - Fundo Monetário Internacional

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos

OIAC - Organização para Interdição das Armas Químicas

reflectindo

Nesta página e sob esta rubrica, tenho vindo sucessivamente a propor reflexões sobre o que entendo serem as linhas orientadoras da Classe, no presente e, sobretudo, para preparar o futuro.

Se compulsar as últimas páginas do nosso “Boletim” e analisar esta rubrica, verificará que pus em causa a falta de disponibilidade para reflectir sobre o futuro, a necessidade de uma forte sensibilização sobre a questão informática, a nossa diminuta dimensão profissional, a urgente necessidade de “desenterrarmos a cabeça da areia” e o imperioso de uma operação conjugada, de todos com a CDO.

Lembra-se também e naturalmente que à sua Câmara cabe “apenas” preparar os meios, disponibilizá-los e fornecer pistas.

A opção do procedimento, reflectia eu, cabe a cada um.

Passados quatro anos sobre estas reflexões, deixe que lhe pergunte Caro Colega:

Entende que a sua dimensão profissional é a adequada em vista ao futuro?

Sente que tem aderido em pleno e em consciência a todas as iniciativas de formação que a CDO tem posto em campo?

Conhece algumas Associações que tenham disponibilizado aos seus associados, uma ferramenta de tão elevado mérito e funcionalidade como o www.global-trade-alliance.com?

Já pensou que só através do uso adequado deste meio, pode fidelizar clientes e continuar o seu exercício profissional?

Ainda não pensou?

Então porque espera?

Um abraço do

Fernando Carmo



*É assim que o seu
Correio Importante chega muitas
das vezes ao destinatário.*

Deveras confidencial, não acha ???



Envelopes TYVEK

INDESTRUTÍVEIS E SEGUROS COMO UM COFRE

Incrível, não rasga!

NOVO! Envie a sua correspondência importante em segurança em envelopes que não rasgam e à prova de água feitos em Tyvek®. São ideais para proteção de sua correspondência e dão uma imagem de qualidade à sua empresa.

6 boas razões para usar envelopes Tyvek®:

- 1 Não rasgam!**
- 2 Super-leves!**
Protegem em todo!
- 3 À prova de água!**
Mantém a confidencialidade!
- 4 Práticos!**
Resiste ao calor, frio, umidade e umidade!
- 5 Flexíveis!**
O conteúdo não se perde!
- 6 Amigo do ambiente!**
100% reciclável!

I M A G E

AGOSTINHO & SANTOS SILVA, LDA
RUA CONCEIÇÃO FERNANDES, 1140 T - 4430-064 V. N. GAIA
TELEF. 22-7117841 - FAX 22-7117555
e-mail: image-in@iol.pt

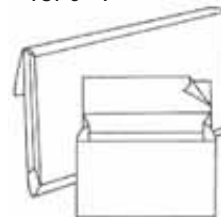
Tyvek®

© TYVEK é uma marca registrada da DuPont

ref^{as} "L"



ref^{as} "F"



Ref ^a	medida	caixa (100 unidades)
L0	110 x 220 mm	21,60 €
L1	162 x 229 mm	28,00 €
L2	229 x 324 mm	55,00 €
L3	250 x 353 mm	58,00 €
F1	176 x 250 x 38 mm	77,00 €
F2	250 x 330 x 38 mm	106,00 €
F3	305 x 400 x 51 mm	150,00 €
KIT TESTE	20 de cada medida	100,00 €

Acresce IVA + portes.



**Em qualquer
circunstância ...**



**... tratamos da
Saúde
aos Despachantes
Oficiais !**

visavis



Quer mais rápido?
Quer mais simples?

CAUÇÃO COSEC é isso!

Para todos os tipos de **garantias:**

Empreitadas e Obras Públicas
Fornecimentos

Reembolso do IVA e Fiscais
Aduaneiras e Comunitárias

**Diversifique as fontes
Mantenha intacta a sua capacidade creditícia**

Consulte-nos pelo telefone 800 20 32 89 ou em www.cosec.pt



F·REGO CORRETORES DE SEGUROS
INSURANCE BROKERS



F·REGO - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Apt. 439 · Av da República, 740 · 2º s. 23-25 · 4431-967 V. Nova Gaia · Portugal

Tel. +351 22 374 57 60 · Fax +351 22 374 57 69 · geral@frego.pt · www.frego.pt

ESPECIALISTAS NA ÁREA ADUANEIRA E TRANSITÁRIOS